

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	18
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração	21
Notas Explicativas	40

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	97
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.622
Preferenciais	17.080
Total	26.702
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	03/07/2017	Ordinária		0,18000
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	03/07/2017	Preferencial		0,18000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	462.217	517.475
1.01	Ativo Circulante	21.747	8.254
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11	157
1.01.03	Contas a Receber	51	140
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51	140
1.01.03.02.07	Outras	51	140
1.01.06	Tributos a Recuperar	192	7.957
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	192	7.957
1.01.07	Despesas Antecipadas	66	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	0
1.02	Ativo Não Circulante	440.470	509.221
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.125	28.577
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	11.833
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	11.833
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.125	16.744
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.402	16.714
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	6.693	0
1.02.01.09.05	Outros	30	30
1.02.02	Investimentos	414.091	456.185
1.02.02.01	Participações Societárias	414.091	456.185
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	414.068	456.162
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23	23
1.02.03	Imobilizado	1.150	24.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.001	24.096
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	149	149
1.02.04	Intangível	104	214
1.02.04.01	Intangíveis	104	214
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	104	214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	462.217	517.475
2.01	Passivo Circulante	17.541	13.078
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	467	803
2.01.01.01	Obrigações Sociais	213	482
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	254	321
2.01.02	Fornecedores	996	1.236
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	996	1.236
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	996	1.236
2.01.03	Obrigações Fiscais	69	118
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	69	116
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	66	107
2.01.03.01.05	Outras	3	9
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	4.603
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	4.603
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	4.603
2.01.05	Outras Obrigações	16.009	6.318
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.996	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	7.996	0
2.01.05.02	Outros	8.013	6.318
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.832	4.803
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	2.181	1.515
2.02	Passivo Não Circulante	22.654	12.575
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.222
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.222
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	2.222
2.02.02	Outras Obrigações	14.111	2.254
2.02.02.02	Outros	14.111	2.254
2.02.02.02.03	Dividendos e JCP a Pagar	11.634	0
2.02.02.02.04	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	2.477	2.254
2.02.03	Tributos Diferidos	4.407	3.792
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.407	3.792
2.02.04	Provisões	4.136	4.307
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.136	4.307
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	1.166
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.130	3.141
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6	0
2.03	Patrimônio Líquido	422.022	491.822
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	5.244	5.125
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.244	5.125
2.03.04	Reservas de Lucros	123.047	192.508
2.03.04.01	Reserva Legal	37.749	37.749
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	17.452
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.04.10	Reserva para Futuro Aumento de Capital	85.531	137.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.732	11.190

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.493	-39.090
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.111	-18.220
3.04.02.01	Honorários da Administração	-2.281	-3.444
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-119	-160
3.04.02.04	Outras	-3.711	-14.616
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	85	27.871
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.832	-2.515
3.04.05.01	Depreciações a Amortizações	-1.693	-2.088
3.04.05.02	Outras	-139	-427
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-41.635	-46.226
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-49.493	-39.090
3.06	Resultado Financeiro	357	-48
3.06.01	Receitas Financeiras	1.456	4.215
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.099	-4.263
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-49.136	-39.138
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-218	-3.959
3.08.02	Diferido	-218	-3.959
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-49.354	-43.097
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.655	-6.707
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.655	-6.707
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-52.009	-49.804
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,94892	-1,74260
3.99.01.02	PN	-1,94892	-1,93586
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,94892	-1,74260
3.99.02.02	PN	-1,94684	-1,92974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-52.009	-49.804
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-458	-480
4.03	Resultado Abrangente do Período	-52.467	-50.284

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.095	-27.140
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.345	-17.767
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-49.136	-39.138
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.778	2.176
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	41.635	46.242
6.01.01.05	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	0	-26.031
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	270	638
6.01.01.07	Planos de Opções de Compra de Ações	119	160
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	-11	-1.814
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.440	-9.373
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	12.184	-394
6.01.02.05	Fornecedores	-200	3.245
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-1.628
6.01.02.07	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	0	-1.251
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-709	-50.369
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-835	41.024
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	40.414
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	0	-803
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	0	38.905
6.02.06	Fluxo das Atividades de Investimento das Operações Descontinuadas	0	2.312
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.241	-16.228
6.03.02	Pagamento Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-4.788	0
6.03.04	Empréstimos Concedidos à Controlada Líquidos dos Valores Devolvidos	7.726	-21.734
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0	-7.163
6.03.08	Empréstimos Obtidos com a Controlada Líquidos dos Valores Pagos	0	16.923
6.03.09	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-8.179	-4.254
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-146	-2.954
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	157	3.111
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11	157

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	119	-17.452	0	0	-17.333
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	119	0	0	0	119
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	-17.452	0	0	-17.452
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.009	-458	-52.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.009	0	-52.009
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-458	-458
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-458	-458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-52.009	52.009	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-52.009	52.009	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	279.901	-25.954	258.877	0	11.670	524.494
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	279.901	-25.954	258.877	0	11.670	524.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.098	30.846	-16.332	0	0	17.612
5.04.01	Aumentos de Capital	3.098	0	-3.098	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	160	0	0	0	160
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.803	0	0	-4.803
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	22.255	0	0	22.255
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	30.686	-30.686	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.804	-480	-50.284
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.804	0	-49.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-480	-480
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-480	-480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-49.804	49.804	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucros	0	0	-49.804	49.804	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	85	52.511
7.01.02	Outras Receitas	85	52.511
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.132	-30.487
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.132	-5.846
7.02.04	Outros	0	-24.641
7.02.04.02	Despesas Operacionais	0	-24.641
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.047	22.024
7.04	Retenções	-4.436	-8.883
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.781	-2.176
7.04.02	Outras	-2.655	-6.707
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-2.655	-6.707
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.483	13.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-40.179	-42.011
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-41.635	-46.226
7.06.02	Receitas Financeiras	1.456	4.215
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-45.662	-28.870
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-45.662	-28.870
7.08.01	Pessoal	4.150	10.507
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.697	5.980
7.08.01.02	Benefícios	280	1.802
7.08.01.03	F.G.T.S.	370	1.019
7.08.01.04	Outros	803	1.706
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.184	6.371
7.08.02.01	Federais	703	5.814
7.08.02.02	Estaduais	23	0
7.08.02.03	Municipais	458	557
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.013	4.056
7.08.03.01	Juros	719	3.852
7.08.03.02	Aluguéis	0	87
7.08.03.03	Outras	294	117
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	294	117
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-52.009	-49.804
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-52.009	-49.804

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.399.185	1.333.877
1.01	Ativo Circulante	962.503	984.664
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.943	125.290
1.01.02	Aplicações Financeiras	9	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	9	0
1.01.03	Contas a Receber	225.187	366.535
1.01.03.01	Clientes	206.910	357.494
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.277	9.041
1.01.03.02.03	Adiantamento a Fornecedores	2.937	2.881
1.01.03.02.04	Outras Contas de Fornecedores	9.272	4.571
1.01.03.02.07	Contratos Operação de Cambio	5.541	1.270
1.01.03.02.09	Outras	527	319
1.01.04	Estoques	460.541	292.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	178.507	181.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	178.507	181.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.879	2.337
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.437	17.305
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	0
1.01.08.03	Outros	1.010	17.305
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.010	17.305
1.02	Ativo Não Circulante	436.682	349.213
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	207.536	114.844
1.02.01.06	Tributos Diferidos	43.372	24.828
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.372	24.828
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.795	602
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	162.369	89.414
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	39.668	36.953
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	119.629	48.093
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.030	4.326
1.02.01.09.08	Outros	42	42
1.02.02	Investimentos	23	158
1.02.02.01	Participações Societárias	23	158
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23	158
1.02.03	Imobilizado	68.290	91.130
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.778	88.996
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	2.471	557
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41	1.577
1.02.04	Intangível	160.833	143.081
1.02.04.01	Intangíveis	160.833	143.081
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	46.819	37.148
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	49.987	43.246
1.02.04.01.04	Intangível Arrendado	3.408	17
1.02.04.01.05	Ágio	60.619	62.670

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.399.185	1.333.877
2.01	Passivo Circulante	740.362	672.003
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.359	24.387
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.430	9.401
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.929	14.986
2.01.02	Fornecedores	546.880	403.716
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	543.199	399.020
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	543.199	398.280
2.01.02.01.02	Cessão de Créditos de Fornecedores com Terceiros	0	740
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.681	4.696
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.134	2.342
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.975	2.145
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	1.269	1.585
2.01.03.01.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	163	136
2.01.03.01.05	Outras	543	424
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11	0
2.01.03.02.01	Parcelamento de Tributos Estaduais	11	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	148	197
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.635	194.268
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.738	188.730
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86.535	90.628
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	25.203	98.102
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.897	5.538
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	7.897	5.538
2.01.05	Outras Obrigações	50.597	46.357
2.01.05.02	Outros	50.597	46.357
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.832	4.803
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	12.563	12.604
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	25.455	25.482
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	6.747	3.468
2.01.06	Provisões	1.757	933
2.01.06.02	Outras Provisões	1.757	933
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	1.757	933
2.02	Passivo Não Circulante	236.765	170.013
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	198.032	148.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	186.713	134.459
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	111.103	110.145
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	75.610	24.314
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.319	14.495
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	11.319	14.495
2.02.02	Outras Obrigações	20.834	5.629
2.02.02.02	Outros	20.834	5.629
2.02.02.02.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	1.825	1.931
2.02.02.02.04	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	2.477	2.254
2.02.02.02.05	Dividendos e JCP a Pagar	11.634	0
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	11	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.02.07	Outros	4.887	1.444
2.02.03	Tributos Diferidos	4.407	3.792
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.407	3.792
2.02.04	Provisões	13.492	11.638
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.492	11.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	989	4.654
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.187	5.267
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.316	1.717
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	422.058	491.861
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	5.244	5.125
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.244	5.125
2.03.04	Reservas de Lucros	123.047	192.508
2.03.04.01	Reserva Legal	37.749	37.749
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	17.452
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.04.10	Reserva para Futuro Aumento de Capital	85.531	137.540
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.732	11.190
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	36	39

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.724.886	1.737.563
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	1.883.326	1.890.859
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-158.440	-153.296
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.150.085	-1.143.284
3.03	Resultado Bruto	574.801	594.279
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-593.876	-599.051
3.04.01	Despesas com Vendas	-459.998	-476.656
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-109.502	-120.212
3.04.02.01	Honorários da Administração	-6.434	-7.645
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-119	-160
3.04.02.04	Outras	-102.949	-112.407
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.633	45.580
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-50.009	-47.763
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-33.247	-36.381
3.04.05.03	Outras	-16.762	-11.382
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.075	-4.772
3.06	Resultado Financeiro	-48.372	-53.647
3.06.01	Receitas Financeiras	7.436	89.052
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.808	-142.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-67.447	-58.419
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18.090	6.910
3.08.02	Diferido	18.090	6.910
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-49.357	-51.509
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.655	1.686
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.655	1.686
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-52.012	-49.823
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-52.009	-49.804
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3	-19
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,94892	-1,74260
3.99.01.02	PN	-1,94892	-1,93586
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,94892	-1,74260
3.99.02.02	PN	-1,94684	-1,92974

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-52.012	-49.823
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-458	-480
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-52.470	-50.303
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-52.467	-50.284
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3	-19

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.636	252.458
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.468	-2.298
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-67.447	-58.419
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	34.232	37.412
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	4.038	4.482
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	2.197	-1.355
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	29.390	5.153
6.01.01.06	Planos de Opções de Compra de Ações	119	160
6.01.01.08	Perda por Redução ao Valor Recuperável	135	332
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	17.413	44.792
6.01.01.10	Perda (Reversão) com Obsolescência de Estoque	-14.609	-34.855
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	31.168	254.756
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	146.546	-131.147
6.01.02.02	Estoques	-153.887	23.440
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	-86.038	-42.231
6.01.02.04	Fornecedores	143.943	79.973
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	-236	-30.290
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	-21.895	-46.043
6.01.02.07	Cessão de Crédito de Fornecedores com Terceiros	-740	-1.992
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	4.310	-3.217
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-835	406.263
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.768	36.278
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-53.302	-29.327
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	534	3.092
6.02.04	Aplicações Financeiras	0	62.513
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.215	-289.949
6.03.02	Pagamento Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-4.788	0
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	257.112	59.539
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-284.360	-353.628
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-8.179	4.140
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56.347	-1.213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	125.290	126.503
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.943	125.290

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822	39	491.861
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822	39	491.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	119	-17.452	0	0	-17.333	0	-17.333
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	119	0	0	0	119	0	119
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	-17.452	0	0	-17.452	0	-17.452
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.009	-458	-52.467	-3	-52.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.009	0	-52.009	-3	-52.012
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-458	-458	0	-458
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-458	-458	0	-458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-52.009	52.009	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-52.009	52.009	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	279.901	-25.954	258.877	0	11.670	524.494	58	524.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	279.901	-25.954	258.877	0	11.670	524.494	58	524.552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.098	30.846	-16.332	0	0	17.612	0	17.612
5.04.01	Aumentos de Capital	3.098	0	-3.098	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	160	0	0	0	160	0	160
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.803	0	0	-4.803	0	-4.803
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	22.255	0	0	22.255	0	22.255
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	30.686	-30.686	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.804	-480	-50.284	-19	-50.303
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.804	0	-49.804	-19	-49.823
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-480	-480	0	-480
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-480	-480	0	-480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-49.804	49.804	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucros	0	0	-49.804	49.804	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822	39	491.861

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.905.312	1.935.115
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.882.503	1.891.920
7.01.02	Outras Receitas	26.847	47.677
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.038	-4.482
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.592.228	-1.592.418
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.287.215	-1.285.755
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-304.406	-304.991
7.02.04	Outros	-607	-1.672
7.02.04.02	Despesas Operacionais	-607	-1.672
7.03	Valor Adicionado Bruto	313.084	342.697
7.04	Retenções	-36.891	-35.726
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.236	-37.412
7.04.02	Outras	-2.655	1.686
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-2.655	1.686
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	276.193	306.971
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.436	45.429
7.06.02	Receitas Financeiras	7.436	45.429
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	283.629	352.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	283.629	352.400
7.08.01	Pessoal	193.532	202.513
7.08.01.01	Remuneração Direta	117.071	126.934
7.08.01.02	Benefícios	36.578	42.044
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.968	14.990
7.08.01.04	Outros	23.915	18.545
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.695	29.364
7.08.02.01	Federais	-5.636	21.366
7.08.02.02	Estaduais	18.288	381
7.08.02.03	Municipais	8.043	7.617
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	121.414	170.346
7.08.03.01	Juros	36.884	62.083
7.08.03.02	Aluguéis	66.447	73.011
7.08.03.03	Outras	18.083	35.252
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	18.083	35.252
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-52.012	-49.823
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-52.009	-49.804
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3	-19

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva S.A. Livreiros Editores (BM&FBOVESPA: SLED3 e SLED4), um dos maiores varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre e ano encerrado em 31 de dezembro de 2017.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T17) e ano de 2017 com comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES

- Novas conquistas de *market share*¹ em duas das principais categorias de atuação: Livros (+1,3 p.p.) e Games (+1,8 p.p.).
- Aceleração do crescimento no canal de *E-commerce*, com incremento de 25,2% nas vendas brutas do 4T17 e 15,3% nas vendas totais de 2017. Com esse desempenho o varejo eletrônico alcançou 37,6% do total de vendas da Companhia em 2017, contra 32,5% em 2016.
- Importante redução de 7,4% nas despesas operacionais recorrentes do 4T17 em relação ao 4T16, fruto do plano de ação para melhoria do resultado implementado no 3T17. No acumulado de 2017, as despesas recorrentes apresentaram redução de 5,4% versus 2016.
- EBITDA no 4T17 de R\$ 22,3 milhões, crescimento de mais de 116% em relação ao 4T16. Excluindo os impactos não recorrentes no período o EBITDA ajustado no 4T17 foi de R\$ 24,4 milhões, crescimento de mais de 136% em relação ao 4T16. A Margem EBITDA ajustada no período foi de 5,1% (+3,0 p.p. versus 4T16). Em termos anuais, o EBITDA ajustado foi de R\$42,8 milhões, representando margem de 2,5% em 2017 (+0,7 p.p. versus 2016).
- Novos ganhos na gestão do capital de giro empregado, com melhora de 2 dias no ciclo operacional.
- Avanços importantes para consolidação do posicionamento estratégico *omnichannel*:
 - Novo crescimento do serviço *Click & Collect*, em que o cliente compra no *E-commerce* para retirar em uma de nossas lojas. Cerca de 20% dos pedidos do site já são realizados nesta modalidade e, dos clientes que optam pelo serviço, 40% realizam uma compra adicional no momento da retirada do produto na loja física;
 - Implementação da fase 2 do projeto Saraiva Entrega, no qual o cliente, por meio do acesso ao nosso estoque do *E-commerce*, pode comprar qualquer produto que não esteja disponível na loja para receber onde for mais conveniente, aperfeiçoando a experiência de compra. As vendas por meio dessa ferramenta cresceram 13,4% no 4T17 em relação ao 3T17.
- Reformulação do programa de fidelidade Saraiva Plus, que agora conta com regras ainda mais simples, atraentes e interativas. Após o relançamento do programa, em jun/17, houve incremento de 16,2% na taxa de reativação de clientes, encerrando 2017 com 15,4 milhões de clientes cadastrados (+1,9 milhão clientes nos últimos 12 meses) e cerca de 82,5% de nosso faturamento identificado.

¹ Dados acumulados do 2017 vs 2016 do mercado expandido da consultoria GFK.

Relatório da Administração

- Expansão das parcerias no âmbito do *marketplace* para venda de produtos em sites de parceiros estratégicos. Atualmente, 70% das compras de nossos produtos por meio do Mercado Livre, por exemplo, foram feitas por consumidores que não eram nossos clientes.
- Continuação da estratégia de transformação do canal lojas físicas ao longo de 2017:
 - Inauguração de 4 unidades alinhadas aos novos conceitos de loja ideal;
 - Encerramento de lojas com baixa perspectiva de geração de valor (representando 5,1% do total de área de vendas);
 - Otimização do custo operacional e rentabilização das unidades existentes por meio da readequação de área de 3 importantes unidades da rede ao longo de 2017.
- Vencedor da 1ª edição do “Prêmio Black Friday de Verdade” na categoria “Livros, Filmes e Games”. O prêmio tem como objetivo reconhecer, por meio de votação popular, as melhores empresas e as melhores práticas na Black Friday no Brasil.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Expressivo crescimento de 15,3% registrado nas vendas totais nos dois primeiros meses de 2018, período de importante sazonalidade para a Companhia. Enquanto o canal Lojas Físicas (SSS) retomou a curva de crescimento (+4,4%), o canal *E-commerce* acelerou ainda mais o ritmo de crescimento com incremento de 44,0% nas vendas, refletindo o sucesso da Campanha de Volta às Aulas, o tradicional Saldão do início de janeiro, e a importante evolução de iniciativas como o *marketplace* e o serviço Saraiva Entrega.
- Contratação da consultoria Galeazzi no final de fev/18, após uma etapa inicial de diagnóstico, com o objetivo de gerar ganhos contínuos de eficiência operacional, revisando e otimizando processos e assegurando que a estrutura possa suportar maiores vendas com diluição efetiva de custos.
- Alcançamos no início de 2018 importantes reconhecimentos e premiações:
 - Vencedor, pela 3ª vez consecutiva, do Prêmio “Melhores Serviços do Estadão”, na categoria “Cultura e Entretenimento”;
 - 3ª Companhia mais recomendada no estudo *Customer Experience Report (CX Report)*, em pesquisa realizada pelo IBOPE/CONNECTA;
 - Prêmio E-bit, pela 4ª vez, de Melhores do *E-commerce* na categoria “ Mais querida - TOP 5”, e também o 1º lugar no prêmio “Loja Mais Querida - Livros”.

Relatório da Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado	4T17	4T16	A/A	3T17	T/T	2017	2016	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce) ¹	529.219	537.444	-1,5%	408.601	29,5%	1.883.326	1.890.859	-0,4%
Lojas	319.770	370.164	-13,6%	249.886	28,0%	1.175.172	1.276.743	-8,0%
E-commerce	209.449	167.280	25,2%	158.716	32,0%	708.153	614.116	15,3%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce) ¹	476.842	487.101	-2,1%	374.279	27,4%	1.724.886	1.737.563	-0,7%
Lojas	295.012	341.423	-13,6%	233.265	26,5%	1.093.802	1.190.848	-8,1%
E-commerce	181.831	145.677	24,8%	141.014	28,9%	631.085	546.715	15,4%
Lucro Bruto	161.206	158.077	2,0%	122.051	32,1%	574.801	594.279	-3,3%
Margem Bruta (%)	33,8%	32,5%	1,3 p.p.	32,6%	1,2 p.p.	33,3%	34,2%	-0,9 p.p.
Despesas Operacionais	(138.866)	(147.730)	-6,0%	(148.005)	-6,2%	(560.629)	(562.670)	-0,4%
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(136.766)	(147.730)	-7,4%	(129.742)	5,4%	(532.016)	(562.670)	-5,4%
EBITDA	22.340	10.347	115,9%	(25.954)	-	14.172	31.609	-55,2%
Margem EBITDA (%)	4,7%	2,1%	2,6 p.p.	-6,9%	11,6 p.p.	0,8%	1,8%	-1,0 p.p.
EBITDA Ajustado ²	24.440	10.347	136,2%	(7.691)	-	42.785	31.609	35,4%
Margem EBITDA Ajustada (%) ²	5,1%	2,1%	3,0 p.p.	-2,1%	7,2 p.p.	2,5%	1,8%	0,7 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas ²	200	(19.430)	-	(20.548)	-	(30.470)	(51.490)	-40,8%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ²	0,0%	-4,0%	4,0 p.p.	-5,5%	5,5 p.p.	-1,8%	-3,0%	1,2 p.p.
Res. Líq. das Op. Descontinuadas (Líq. impostos)	(1.029)	(2.458)	-58,1%	(836)	23,1%	(2.655)	1.686	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ²	(829)	(21.888)	-96,2%	(21.384)	-96,1%	(33.125)	(49.804)	-33,5%
Margem Líquida Ajustada (%) ²	-0,2%	-4,5%	4,3 p.p.	-5,7%	5,5 p.p.	-1,9%	-2,9%	0,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(2.215)	(21.888)	-89,9%	(33.438)	-93,4%	(52.009)	(49.804)	4,4%
Margem Líquida (%)	-0,5%	-4,5%	4,0 p.p.	-8,9%	8,5 p.p.	-3,0%	-2,9%	-0,1 p.p.
Crescimento Lojas (SSS - %)	-12,5%	-4,6%	-7,9 p.p.	-7,9%	-4,6 p.p.	-7,8%	-4,5%	-3,3 p.p.
Crescimento E-commerce	25,2%	5,0%	20,2 p.p.	17,2%	8,0 p.p.	15,3%	8,9%	6,4 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do período	103	113	-8,8%	100	3,0%	103	113	-8,8%
Área de Vendas - Final do período (m²)	59.594	61.851	-3,6%	59.477	0,2%	59.594	61.851	-3,6%

Nota: 1. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.

Nota: 2. Exclui o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade de R\$ 4,8 milhões no 1T17, R\$ 3,5 milhões no 2T17, R\$ 18,3 milhões no 3T17, R\$ 2,1 milhões no 4T17 e R\$ 28,6 milhões em 2017.

Relatório da Administração

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Iniciamos nosso plano de transformação, em 2015, com foco no cliente e em um varejo mais ágil, sustentável, e voltado para crescimento, competitividade e rentabilidade.

Para suportar essa transformação, temos investido na reestruturação de nossa operação com o objetivo de aumentar a produtividade e assertividade nas tomadas de decisão. Uma das iniciativas foi a criação do Comitê de Estratégia e Inovação (não estatutário) que, mensalmente, reúne líderes da Saraiva e membros independentes como Alberto Serrentino, Gustavo Caetano e Ricardo Durazzo, além de conselheiros e convidados esporádicos, com intuito de criar, acompanhar e desenvolver o plano de transformação da Saraiva.

Dentro desse contexto, nosso foco hoje está centrado em 4 frentes transformadoras: *Omnichannel*, *Customer Centricity*, Transformação Digital e Eficiência Operacional.

Dessa maneira, a evolução do *mindset* da companhia exigiu a revisão do posicionamento da Marca e da Cultura organizacional.

Omnichannel

Com o objetivo de transformar o consumo em uma experiência integrada, em que o universo digital e o off-line dialogam, temos desenvolvido iniciativas importantes que visam aprimorar a experiência *omnichannel* do consumidor, independente do canal de compra.

Nossas ações têm como pilar de diferenciação o aprimoramento dos serviços, propiciando maior conveniência e praticidade no processo de compra, além de desafiar o *last mile* de entrega ao cliente. Continuamos evoluindo em diversas modalidades destes serviços, destacando-se:

- **Click & Collect:** o cliente compra em nosso *E-commerce* e retira em uma de nossas lojas sem custo. Hoje, cerca de 20% dos pedidos do site já são realizados nesta modalidade. Dos clientes que optam pelo serviço, 40% realizam uma compra adicional no momento da retirada do produto na loja física. **Parceria com a “99”:** para facilitar o deslocamento destes clientes, nós fechamos uma parceria com a maior *startup* de mobilidade urbana do país, a 99. Assim, os clientes recebem um desconto de R\$10,00 (por viagem), em corridas de táxi ou carro particular, para buscar a sua encomenda em nossas lojas.
- **Saraiva Entrega:** caso o cliente deseje algum produto que não esteja disponível fisicamente em uma de nossas lojas, poderá efetuar a compra e receber em casa ou, se preferir, retirar na própria loja. Nossa proposta é disponibilizar a oferta de todo catálogo da Saraiva em qualquer um de nossos pontos de venda, independentemente do formato, tamanho, perfil ou localização da loja.
- **Same Day Delivery (SDD):** os clientes da cidade de São Paulo que comprarem livros por meio do nosso *E-commerce* até às 13 horas poderão optar por receber o pedido até às 22 horas do mesmo dia. Na evolução desta modalidade, estamos com um piloto na loja do shopping Eldorado, em São Paulo, com serviço de *delivery* para **entrega de livros em até 1 hora**, com perspectivas de ampliação para outras categorias e outras lojas/regiões.

Relatório da Administração

- **Turbo entrega:** os clientes que realizarem pedidos em nosso *E-commerce* até às 17 horas recebem suas compras no dia seguinte. O serviço é oferecido em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Vitória, Salvador e Recife.

Em 2017, inauguramos 4 lojas com novo projeto arquitetônico, mais moderno e atrativo, e com menores investimentos em relação ao modelo anterior, favorecendo o *payback* mais rápido. Este novo conceito de lojas foi definido a partir de estudos mais aprofundados sobre o perfil e comportamento de compra do consumidor, o cenário competitivo da região, presença de instituições de ensino e a influência de um canal sob o outro (loja/site). Um bom exemplo é a nova loja em Franca, no interior do Estado de São Paulo, que, após a abertura, gerou uma receita incremental nas vendas do *E-commerce* da região de 42% frente ao ano anterior.

Customer Centricity

Temos como premissa o foco no cliente. Nesse sentido, buscamos entender melhor as necessidades do nosso público, proporcionando experiências de compra mais personalizadas e relevantes, que mais se adequam às suas necessidades.

Neste quesito, podemos destacar:

- Continuamos a investir no **Saraiva Plus, um dos maiores programas de fidelidade do varejo nacional**, que agora conta com regras ainda mais simples, atraentes e interativas. No novo modelo, o acúmulo de pontos e resgate foi simplificado, favorecendo a estratégia direcionada para o consumidor com base no conhecimento sólido do seu comportamento e preferências. Após o relançamento do programa, em junho de 2017, notamos significativo incremento de 16,2% na taxa de reativação de clientes, reforçando o sucesso do novo modelo. No total, em dezembro de 2017, contávamos com 15,4 milhões de clientes cadastrados (+1,9 milhão clientes nos últimos 12 meses) e cerca de 82,5% de nosso faturamento identificado. Um de nossos objetivos com o Programa é expandir o número de clientes multicanal, que apresentam um gasto médio e frequência de compra 2,5 vezes superiores ao cliente regular.
- Outra iniciativa importante que implementamos no ano de 2017 foi a criação da funcionalidade “**Leia enquanto espera**”, que permite que o cliente tenha acesso digital aos primeiros capítulos dos livros físicos adquiridos em nosso *E-commerce* enquanto aguarda o recebimento do produto.
- Com o propósito de convidar o público a experimentar a Saraiva não apenas como um local de compras, mas também como uma opção de entretenimento e lazer para toda a família, ampliamos a **operação de cafés** em nossas lojas, por meio das parcerias estratégicas com a Starbucks, Havanna, Grão Espresso, Nespresso, Feito a Grão, entre outros.
- Ampliamos a **experiência imersiva com foco na categoria de games**. Atualmente, 10 lojas da rede possuem áreas dedicadas exclusivamente à experiência com jogos, com *cockpit* e *notebook gamer*.
- Realizamos mais de 4,7 mil **eventos culturais** em lojas por ano, entre lançamentos, sessões de autógrafos, encontro de fãs, contações de histórias infantis, debates, entre outros.

Relatório da Administração

- Contamos com o serviço de **Troca Inteligente**, que permite a utilização de *smartphone* ou *tablet* usados como desconto na compra de um aparelho novo em mais de 80 lojas da rede.
- Oferecemos o serviço de **garantia estendida**, estendendo a garantia de fábrica mais 12 ou 24 meses. E o **Proteção Saraiva** que configura um seguro para roubo, furto qualificado e quebra accidental.
- Dispomos do serviço de **assistência técnica** autorizada pela Apple em 15 lojas da rede, com equipes especializadas para melhor atender os nossos clientes. Entre as vantagens oferecidas estão manutenção, upgrade de memória e HD, reinstalação do sistema, instalação de softwares e modem, verificação de disco, restauração e atualização de sistema iPod e iPad e mais.

Transformação Digital

Estamos evoluindo na implementação de uma cultura digital, proporcionando uma crescente interação entre a Saraiva e o cliente. Dessa forma, o consumidor tem uma experiência unificada em todos os pontos de contato com a marca, independentemente da plataforma e do formato escolhido.

Nesse sentido, temos investido em:

- Expansão das parcerias no âmbito do **marketplace** para venda de produtos em sites de parceiros estratégicos, como Walmart, Mercado Livre e B2W, entre outros. Atualmente, 70% das compras de nossos produtos por meio do Mercado Livre, por exemplo, foram feitas por consumidores que não eram nossos clientes. Continuamos a evoluir nessa frente por meio da negociação com outros parceiros e expandiremos o nosso **marketplace próprio**, com a integração do carrinho de *checkout* unificado para itens de diversos fornecedores. Operando por meio de metodologia ágil, esta frente é uma das grandes apostas da companhia para 2018.
- Ações de **marketing**:
 - Investimos em LIA (anúncios de inventário local). Em parceria com o Google, a iniciativa é uma modalidade de anúncio na web para lojas físicas com recursos de geolocalização, em que os usuários se conectam com nossos anúncios disponíveis nas lojas mais próximas;
 - Utilização da ferramenta *Google Store Visits*, que mensura as visitas às lojas físicas após o impacto dos anúncios de Links Patrocinados, possibilitando o gerenciamento das campanhas para otimizar o retorno dos anúncios. A utilização da ferramenta, apenas no 4T17, gerou 2 milhões de visitas.
- Apresentamos novas versões do nosso **e-reader**, com os modelos **Lev neo** e **Lev fit**, e também lançamos o leitor online Lev, plataforma de leitura online, que permite acessar todo o nosso acervo por meio do navegador web do computador, sem a necessidade de fazer download de aplicativo. Nosso ecossistema digital conta ainda com as plataformas de auto publicação (Publique-se!), Audiolivros e venda de cartões pré-pagos de conteúdo.
- Na gestão de categorias, destacamos o sucesso do novo serviço em *Games* com a **venda online de cartões de jogos** e serviços de *streaming*. A oferta de créditos aos principais servidores de conteúdo aos clientes reforça nosso posicionamento e pioneirismo no modelo de entrega do serviço pré-pago online.
- Remodelamos o projeto de **Volta às Aulas**, construindo soluções para agregar serviços e ampliar parcerias e o nível de conversão de vendas.

Relatório da Administração

Eficiência Operacional

O ano de 2017 foi de importantes avanços que contribuem para preparar a empresa para uma nova fase de crescimento de receita e diluição de custos. O rigoroso e contínuo controle de despesas, rígido processo de seleção de projetos para investimento, e a equilibrada gestão do capital de giro, são pilares constantemente trabalhados para viabilizar a geração de valor. Com esse foco, podemos destacar:

- **Transformação do canal lojas físicas:**

- Inauguração de 4 unidades alinhadas aos **novos conceitos de loja ideal**, com investimentos em capex/m², em média, 25% inferiores ao modelo anterior, favorecendo a aceleração do *payback*;
- Encerramento de lojas com baixa perspectiva de geração de valor (representando 5,1% do total de área de vendas);
- Otimização do custo operacional e rentabilização das unidades existentes. Em prosseguimento a essa estratégia, realizamos investimentos em **readequação da área**, contribuindo para melhora da rentabilidade da operação e agregando valor à experiência de compra de nossos clientes em 3 importantes unidades da rede ao longo de 2017;
- Expansão para toda a rede de lojas do **Projeto de Sortimento**, aperfeiçoando os algoritmos de reabastecimento, melhorando a assertividade dos estoques existentes em cada loja, dentro do processo de evolução contínua na gestão de estoques da Companhia;
- Ampliação da categoria **bomboniere**, atualmente presente em 86 lojas da rede, e redesenho da categoria de acessórios e aventura e lazer, com readequação de exposição, experimentação e sortimento.

- **Gestão logística e sistema de abastecimento:**

- Ajustes no modelo de distribuição com a instalação de **Transit Points** em regiões estratégicas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco), resultando em redução de custos de transporte e melhoria de *lead time* de entrega tanto para abastecimento das lojas físicas, como para entrega de produtos vendidos pelo site;
- Revisão do planejamento da malha logística e de abastecimento, com implementação prevista para o início de 2018 de 2 **novos centros de distribuição**, otimizando o processo de abastecimento de lojas, melhorando a competitividade do *E-commerce* pela redução do *lead time* de entregas, e contribuindo para evitar a acumulação de créditos fiscais.

- **Contratação da consultoria Galeazzi** no final de fev/18, após uma etapa inicial de diagnóstico, com o objetivo de gerar ganhos contínuos de eficiência operacional, revisando e otimizando processos e assegurando que a estrutura possa suportar maiores vendas com diluição efetiva de custos;
- **Contratação do José Roberto Beraldo**, que irá atuar como Consultor na Companhia auxiliando na centralização da estratégia e das políticas da área financeira.

A melhora no resultado operacional obtida no 4T17, comparativamente ao 4T16, já demonstra importante inflexão e marca o início de uma nova etapa de geração de valor para a Companhia.

Relatório da Administração

A **receita bruta** total em 2017 atingiu R\$ 1,9 bilhão e ficou praticamente em linha quando comparada com o ano anterior. Os destaques positivos foram o forte crescimento de vendas da operação de *E-commerce* com 15,3% em 2017 e 25,2% no 4T17, e, mais uma vez, o ganho em *market share*² no segmento de livros (+1,3 p.p.), nossa principal categoria de atuação, que conquistou incremento de mercado pelo 5º ano consecutivo. Além disso, o segmento de games continua ganhando força em nossa estratégia de mix de categorias, e alcançou novo aumento na participação de mercado (+1,8 p.p.).

No acumulado de 2017 a **margem bruta** refletiu o cenário competitivo mais acirrado no varejo online e o efeito da maior participação ponderada do canal de *E-commerce* nas vendas totais, recuando 0,9 p.p. Na análise do 4T17, a margem bruta atingiu 33,8%, 1,3 p.p. acima do 4T16, contando com a contribuição dos ganhos de gestão a partir da implementação, no final de ago/17, de um novo sistema de precificação dinâmica para o *E-commerce*.

O Plano de Ação para melhoria da rentabilidade executado no final do 3T17, com perspectiva de gerar economia anual de R\$ 30 milhões, já surtiu efeitos importantes e contribuiu para a expressiva queda de 7,4% observada no desempenho das **despesas** operacionais no 4T17. No acumulado do ano, observamos que as despesas comparáveis apresentaram a importante redução de 5,4%.

O **EBITDA** ajustado, refletindo o plano de ação focado na melhoria de rentabilidade implementado no 3T17, totalizou R\$ 24,4 milhões no 4T17, contra R\$ 10,3 milhões registrados no 4T16. A margem EBITDA ajustada encerrou o 4T17 com margem de 5,1%, 3,0 p.p. acima do 4T16. No acumulado do ano de 2017 o EBITDA ajustado alcançou R\$ 42,8 milhões ante um EBITDA de R\$ 31,6 milhões em 2016, representando um expressivo crescimento de 35,4% com um ganho de 0,7 p.p. na margem EBITDA ajustada.

Na gestão do **capital de giro**, encerramos novamente o período com redução do ciclo operacional, que passou de 79 dias no 4T16 para 77 dias no 4T17. Vale destacar a estratégia adotada para alavancar nosso crescimento de vendas no período de Volta às Aulas, que envolveu diversas ações, em especial um planejamento logístico e de abastecimento que incluiu a antecipação de compras e o reforço dos estoques na virada do ano. Esse posicionamento viabilizou a campanha de entrega de qualquer lista escolar em até 72 horas para toda nossa rede de lojas, contribuindo para o sucesso de vendas nesse importante período sazonal.

Entre as ações estratégicas para garantir a liquidez, é importante ressaltar o foco da Administração na adoção de medidas para dar celeridade à recuperação de créditos tributários acumulados no curso normal dos negócios, assim como, para reduzir a acumulação recorrente de créditos por meio da sua conversão em caixa. Com relação aos créditos restituíveis de Pis e Cofins, estão em curso medidas que objetivam obter manifestação das autoridades federais acerca dos pedidos de restituição pendentes de resposta há mais de um ano, com boas perspectivas de efetividade. Para os créditos acumulados de ICMS originados nas operações de abastecimento das lojas da rede a partir do Estado de São Paulo, foi instruído, no final de fev/18, processo administrativo para recuperação por meio do sistema e-CredAc, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, em que o Estado analisa a acumulação recorrente de créditos de ICMS e autoriza a transferência dos créditos aprovados para terceiros no mercado secundário. Ainda com relação ao ICMS, como forma de evitar a acumulação de créditos no Estado de São Paulo, estão em andamento ajustes operacionais relevantes no atual modelo logístico de abastecimento, iniciados no final de 2017 e com previsão de conclusão para abr/18. A alteração da malha logística promoverá a descentralização das operações de abastecimento das lojas da rede, e, como consequência, converterá em caixa parte substancial dos créditos atualmente acumulados na escrita fiscal.

Os resultados alcançados no 4T17 demonstraram importante evolução e já refletiram parte dos esforços para a redução de custos com o Plano de Ação para melhoria da rentabilidade implementado no 3T17. Estamos com uma

² Dados acumulados do 2017 vs 2016 do mercado expandido da consultoria GFK.

Relatório da Administração

estrutura mais leve e enxuta, com o ciclo operacional melhor ajustado e, aliado a isso, contamos com a implementação e início da maturação das diversas iniciativas alinhadas às frentes transformadoras de operação *omnichannel*, *customer centricity*, transformação digital e eficiência operacional que contribuirão significativamente para a melhoria da rentabilidade.

O importante crescimento das vendas nos primeiros dois meses de 2018 sinaliza a força do nosso posicionamento para a retomada consistente do crescimento e diluição de custos. As sucessivas conquistas de *market share* e a robusta e crescente base de clientes também contribuem para esse sentimento de confiança na perspectiva de melhora dos resultados. Em conjunto com o início da retomada da recuperação econômica, temos convicção que estamos estruturados e preparados para capturar ganhos importantes de escala que contribuirão para aumento da rentabilidade e geração de caixa.

Relatório da Administração

RESULTADOS

RECEITA – No 4T17 a receita bruta alcançou R\$ 529,2 milhões, representando uma redução de 1,5% quando comparada o valor de R\$ 537,4 milhões no 4T16. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando uma queda de 2,1%. No acumulado do ano a receita bruta e a receita líquida apresentaram leve queda de 0,4% e 0,7%, respectivamente.

É importante observar que os dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE³ (dez/17) demonstram que o setor de livros, jornais, revistas e papelaria apresenta uma retração de 9,7% no mês de dez/17 e 4,2% no volume acumulado de vendas de 2017. Considerando que a mesma pesquisa já demonstra recuperação em outros setores relevantes do varejo nacional, além de recentes divulgações com melhora de importantes indicadores econômicos, estamos diante de um cenário que favorece a perspectiva de retomada para nossos principais setores de atuação. Cabe destacar que, mesmo nesse cenário adverso, conseguimos aumentar o *market share* em 2017 em 1,3 p.p. em Livros, nossa principal categoria de atuação, e 1,8 p.p. em *Games*.

Como a nossa proposta de geração de valor tem por premissa a estratégia *omnichannel*, visando proporcionar uma experiência diferenciada independente do canal de contato com a empresa, passa a fazer cada vez mais sentido analisar o resultado de vendas de forma agregada, consolidando os canais de lojas físicas e *E-commerce*. Durante o processo de compra existem diversas iniciativas em que o cliente inicia o contato por um canal, mas conclui a venda em outro, como, por exemplo, por meio do Saraiva Entrega e do *Click and Collect*.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas, no quarto trimestre e ano de 2017, apresentou queda de 13,6% e 8,0%, respectivamente, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior. A receita líquida teve declínio de 13,6% no 4T17 e de 8,1% no ano.

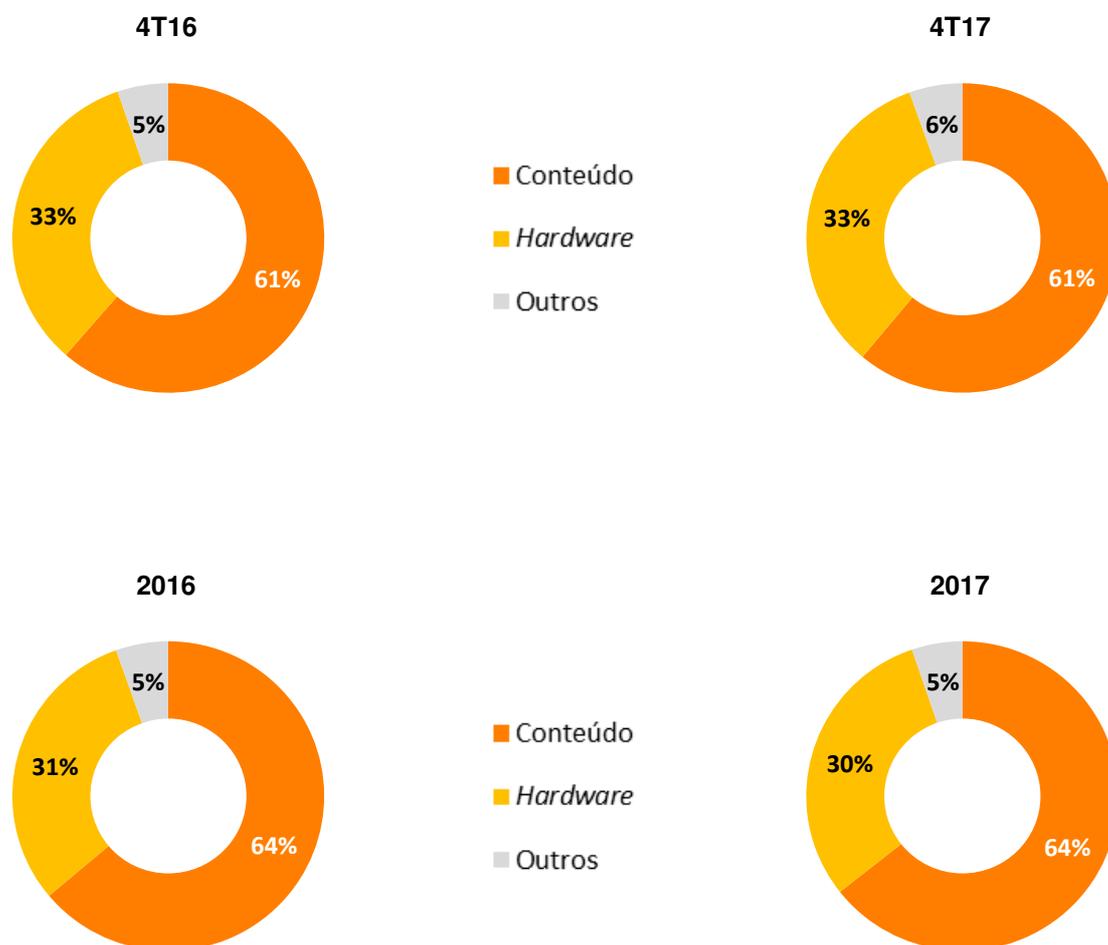
RECEITA E-COMMERCE – No 4T17 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram um forte crescimento de 25,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 209,4 milhões no período. Em termos acumulados esses valores foram de 15,3% e R\$ 708,2 milhões, respectivamente. As vendas líquidas somaram R\$ 181,8 milhões, um crescimento de 24,8% na comparação em relação ao quarto trimestre de 2016. No ano de 2017 esses valores foram de R\$ 631,1 milhões e 15,4%, respectivamente.

O bom desempenho nas vendas do *E-commerce* é resultado das ações desenvolvidas para melhoria da experiência do usuário e tem acelerado com iniciativas como a ampliação do *Click & Collect* e as recentes parcerias estratégicas para fortalecer a presença no *Marketplace*. Essa *performance* proporcionou maior participação ponderada em relação ao total das vendas, atingindo 39,6% no 4T17 (*versus* 31,1% no 4T16) e 37,6% em 2017 (*versus* 32,5% em 2016).

³ Dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE considerando o índice de Base Fixa divulgado.

Relatório da Administração

Gráfico 2. Receita Bruta do Varejo por segmento (R\$ milhões)



RESULTADO BRUTO – O lucro bruto apresentou crescimento no quarto trimestre de 2017, atingindo R\$ 161,2 milhões com um aumento de 1,3 p.p. na margem bruta, que passou de 32,5% no 4T16 para 33,8% no 4T17. No acumulado do ano o resultado bruto atingiu R\$ 574,8 milhões com uma margem de 33,3%, apresentando queda de 3,3% e 0,9 p.p., respectivamente, em relação ao resultado de 2016.

Ao longo de todo o ano de 2017 fomos impactados pelo cenário competitivo mais acirrado no varejo online, que continua aumentando sua participação ponderada em nosso faturamento total. Simultaneamente investimos em novas ferramentas, em especial um novo sistema de precificação dinâmica para o *E-commerce*, visando contribuir para o aumento de vendas e melhor gestão da margem bruta, o que já apresentou resultados positivos no último trimestre do ano, quando tivemos um aumento da margem bruta.

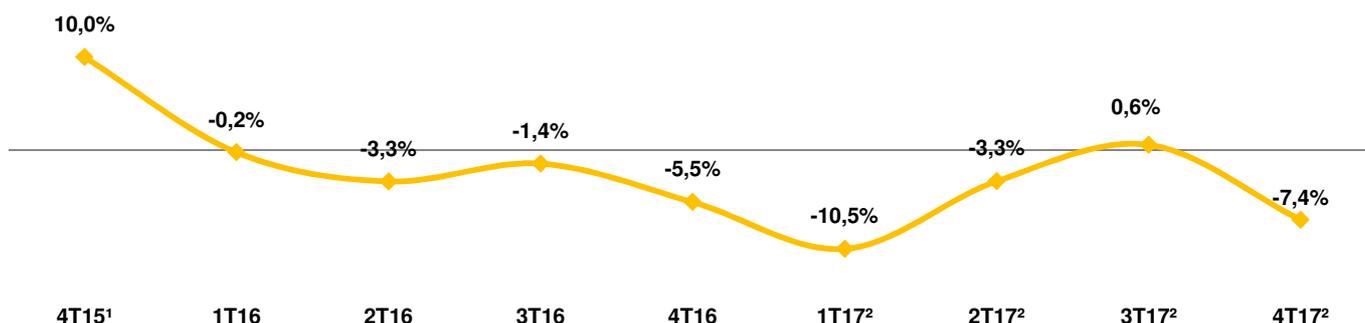
DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais totalizou R\$ 138,9 milhões no 4T17 e R\$ 560,6 milhões em 2017, apresentando redução de 6,0% e 0,4%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Relatório da Administração

Excluindo o impacto de despesas extraordinárias de reestruturação apresentamos uma redução ainda maior nos períodos. A linha de despesas operacionais ajustada apresentou queda de 7,4% no 4T17, totalizando R\$ 136,8 milhões, e 5,4%, atingindo R\$ 532,0 milhões em 2017.

Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e parte dessa redução apresentada no quarto trimestre já é resultado do nosso plano de ação executado no 3T17.

Gráfico 3. Evolução das Despesas Operacionais (variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)



¹ Exclui despesas extraordinárias, principalmente com consultorias relacionadas ao processo de venda dos ativos editoriais e baixa de créditos de ICMS ST não reconhecidos pela SEFAZ-SP

² Exclui o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade de R\$ 4,8 milhões no 1T17, R\$ 3,5 milhões no 2T17, R\$ 18,3 milhões no 3T17, e R\$ 2,1 milhões no 4T17.

EBITDA – O EBITDA ajustado refletiu o plano de ação focado na melhoria de rentabilidade implementado no 3T17 e totalizou R\$ 24,4 milhões no 4T17, contra R\$ 10,3 milhões atingido no 4T16. A margem EBITDA ajustada encerrou o trimestre 3,0 p.p. acima do 4T16. No ano de 2017, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 42,8 milhões ante um EBITDA de R\$ 31,6 milhões em 2016, representando um crescimento de 35,4% com um ganho de 0,7 p.p. na margem EBITDA ajustada.

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Varejo	4T17	4T16	A/A	3T17	T/T	2017	2016	A/A
Lucro Líquido (Prejuízo)	(2.215)	(21.888)	-89,9%	(33.438)	-93,4%	(52.009)	(49.804)	4,4%
(+) Resultado financeiro	14.086	13.419	5,0%	13.780	2,2%	48.372	53.647	-9,8%
(+) IR / CSLL	2.009	7.301	-72,5%	(15.795)	-	(18.090)	(6.910)	161,8%
(+) Depreciação e Amortiz.	7.431	9.058	-18,0%	8.665	-14,2%	33.247	36.381	-8,6%
(+) Resultado Líq. de Op. Descontinuadas	1.029	2.458	-58,1%	836	23,1%	2.655	(1.686)	-
(+) Outros ¹	2.100	(1)	-	18.261	-88,5%	28.610	(19)	-
EBITDA Ajustado¹	24.440	10.347	136,2%	(7.691)	-	42.785	31.609	35,4%
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	<i>5,1%</i>	<i>2,1%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>-2,1%</i>	<i>7,2 p.p.</i>	<i>2,5%</i>	<i>1,8%</i>	<i>0,7 p.p.</i>

Nota: 1. Exclui o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade de R\$ 4,8 milhões no 1T17, R\$ 3,5 milhões no 2T17, R\$ 18,3 milhões no 3T17, R\$ 2,1 milhões no 4T17 e R\$ 28,6 milhões em 2017.

CAPITAL DE GIRO* – A relação capital de giro/receita líquida apresentou melhora, ficando em 15,9%. O ciclo operacional do Varejo foi de 77 dias no 4T17, contra 79 dias no 4T16.

O prazo médio de recebimento passou de 64 dias no 4T16 para 60 dias no 4T17. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou 8 dias, passando de 93 dias no 4T16 para 101 dias no 4T17, refletindo, principalmente, a maior formação de estoque em função da estratégia de abastecimento visando o aumento da participação de mercado para o período de Volta às Aulas do início de 2018. O prazo de pagamento a fornecedores melhorou em 7 dias, alcançando 84 dias no 4T17, quando comparado com 77 dias no 4T16.

Relatório da Administração

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 14,1 milhões no quarto trimestre e R\$ 48,4 milhões em 2017, representando um aumento de 5,0% no trimestre e uma redução de 9,8% no acumulado em relação ao ano anterior.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O lucro líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 0,2 milhão no 4T17 versus prejuízo líquido de R\$ 19,4 milhões no 4T16. Em 2017 o prejuízo líquido ajustado foi de R\$ 30,5 milhões versus prejuízo líquido de R\$ 51,5 milhões em 2016.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Os investimentos efetuados no Varejo totalizaram R\$ 18,6 milhões no 4T17 versus R\$ 9,3 milhões no 4T16. No ano, os investimentos somaram R\$ 53,3 milhões versus R\$ 29,3 milhões em 2016. O volume de investimentos foi direcionado, principalmente, às iniciativas e novas ferramentas para o *E-commerce*, projetos abrangendo a área de Tecnologia da Informação, e abertura/reforma de lojas.

LIQUIDEZ – A tabela seguinte apresenta informações sobre os vencimentos por linha de financiamento na data de 31 de dezembro de 2017.

Tabela 3. Fontes de financiamento para capital de giro e investimentos utilizadas e respectivos vencimentos (R\$ mil)

Consolidado	Custo médio (a.a)	Total	Até 2018	Até 2019	Até 2020	Após 2020
Tipo de Transação						
Linha BNDES ¹	10,0%	54.778	12.648	12.648	12.648	16.833
Capital de Giro/outros	8,7%	258.849	102.320	114.858	41.671	-
Dívida Bruta Total²	8,9%	313.627	114.969	127.506	54.320	16.833

Nota 1: Custo no 4T17 do saldo do contrato com o BNDES, sem levar em conta o custo de fiança bancária e considerando a TJLP em 7,0% a.a. e SELIC em 6,9% a.a.

Nota 2: Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada da Saraiva em 31 de dezembro de 2017, que somava R\$ 247,2 milhões, contra R\$ 198,6 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos 2017 com uma dívida líquida de R\$ 48,1 milhões contra um caixa líquido de R\$ 152,6 milhões no final de 2016.

Entre os fatores que exercem influência sobre a liquidez da Companhia, o saldo de impostos a recuperar (ICMS, Pis e Cofins), compõem atualmente um valor representativo em nosso balanço. No 4T17 esse saldo aumentou em R\$ 12,0 milhões. Estamos atentos a essa evolução e há várias iniciativas em curso, tanto para a monetização dos créditos acumulados como para mitigar a formação de novos créditos. Nesse sentido, além da boa expectativa de recuperação efetiva de parte dos créditos, visualizamos uma redução significativa na acumulação desses créditos no Estado de São Paulo em decorrência da implantação do novo modelo logístico de abastecimento.

Tabela 4. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado ¹	4T17	4T16	A/A	3T17	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos ²	313.627	321.592	-2,5%	322.097	-2,6%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	2.477	2.254	9,9%	2.434	1,8%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Fin.	68.952	125.290	-45,0%	25.442	171,0%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	247.152	198.556	24,5%	299.089	-17,4%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	199.070	351.152	-43,3%	191.456	4,0%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	48.082	(152.596)	-	107.633	-55,3%

Nota 1: "Antecipação de Recebíveis" (R\$ 115,2 milhões no 4T17, R\$ 3,2 milhões no 4T16 e \$ 75,1 milhões no 3T17).

Nota 2: Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

Relatório da Administração

NOSSAS LOJAS – No 4T17 a Saraiva contava com 103 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. Durante 2017, em linha com nossa estratégia de priorizar ativos com maior potencial de geração de valor, concluímos importantes reformas, readequações e inaugurações. No ano, foram realizados *retrofits* e reformas em 4 unidades, ajustando os layouts e o mix de categorias vendidas nas unidades, além de transformação, em jun/17, da loja localizada no Natal Shopping em uma iTown (107 m² de área de vendas), loja especializada Apple da Saraiva que conta com um mix completo de produtos da marca, além do serviço de assistência técnica.

Na estratégia de readequação dos espaços de vendas para otimizar os custos operacionais e aumentar a rentabilidade das unidades, foram abertos 7 cafés e realizamos 3 readequações de espaço em importantes unidades durante 2017:

- Reforma da loja localizada no Shopping Iguatemi Campinas, incluindo a parceria de café da Starbucks, em jul/17, passando de uma área de vendas de 1.883 m² para uma área de 1.067 m²;
- Reinauguração da loja localizada no Shopping Rio Sul, em out/17, passando de uma área de vendas de 1.133 m² para uma área de 997 m²;
- Reinauguração da loja localizada no Morumbi, em out/17. A unidade, que agora está em uma localização de maior fluxo de clientes e continua contando com a parceria de café da Starbucks, passou de uma área de vendas de 1.389 m² para uma área de 931 m².

No plano de priorização dos investimentos, inauguramos 5 novas unidades em 2017 e temos mais 4 novas lojas contratadas para 2018, alinhadas aos novos conceitos de loja ideal definido pela Administração e com investimentos/m² em média 25% inferiores ao padrão anterior, favorecendo o *payback* mais rápido:

- Loja no North Shopping Fortaleza (Fortaleza/CE), com área de vendas de 643 m², em jan/17;
- Loja no Aeroporto de Guarulhos (Guarulhos/SP), com área de vendas de 150 m², reinaugurada em set/17;
- Loja no Park Shopping Canoas (Canoas/RS), com área de vendas de 486 m², em nov/17;
- Loja no Shopping Village Mall (Rio de Janeiro/RJ), com área de vendas de 237 m², em nov/17;
- Loja no Uberlândia Shopping (Uberlândia/MG), com área de vendas de 534 m², em dez/17;
- Loja no Patteo Olinda Shopping (Olinda/PE) com inauguração prevista para abr/18;
- Loja no Recreio Shopping (Rio de Janeiro/RJ) com inauguração prevista para abr/18;
- Loja no Ilha Plaza Shopping (Rio de Janeiro/RJ) com inauguração prevista para mai/18;
- Loja no Shopping Estação Cuiabá (Cuiabá/MT) com inauguração prevista para out/18.

Adicionalmente, já temos programado 4 inaugurações de Cafés e readequações de espaço, *retrofits* e reformas em mais 3 unidades:

- Loja no Shopping Metrô Santa Cruz (São Paulo/SP);
- Loja no Shopping Recife (Recife/PE);
- Loja no Shopping Tijuca (Rio de Janeiro/RJ).

Relatório da Administração

MERCADO DE CAPITAIS

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2017 em comparação com o ano de 2016.

Indicadores ^(*)	2017	2016	Var.
Quantidade de Negócios Total ¹	85.882	60.543	41,9%
Participação nos Pregões - % ¹	100,0	100,0	-
Quantidade Negociada Média – mil ¹	72.655	55.797	29,8%
Volume negociado Médio – R\$ mil ¹	356.383	214.081	66,5%
Preço da ação (PN) – R\$ ¹	4,24	3,71	14,3%
Preço da ação (ON) – R\$	5,00	10,00	-50,0%
Total de Ações em Circulação – mil	26.686	26.686	-
Valor de Mercado – R\$ milhões	120,4	159,6	-24,6%

Fonte: BM&FBOVESPA

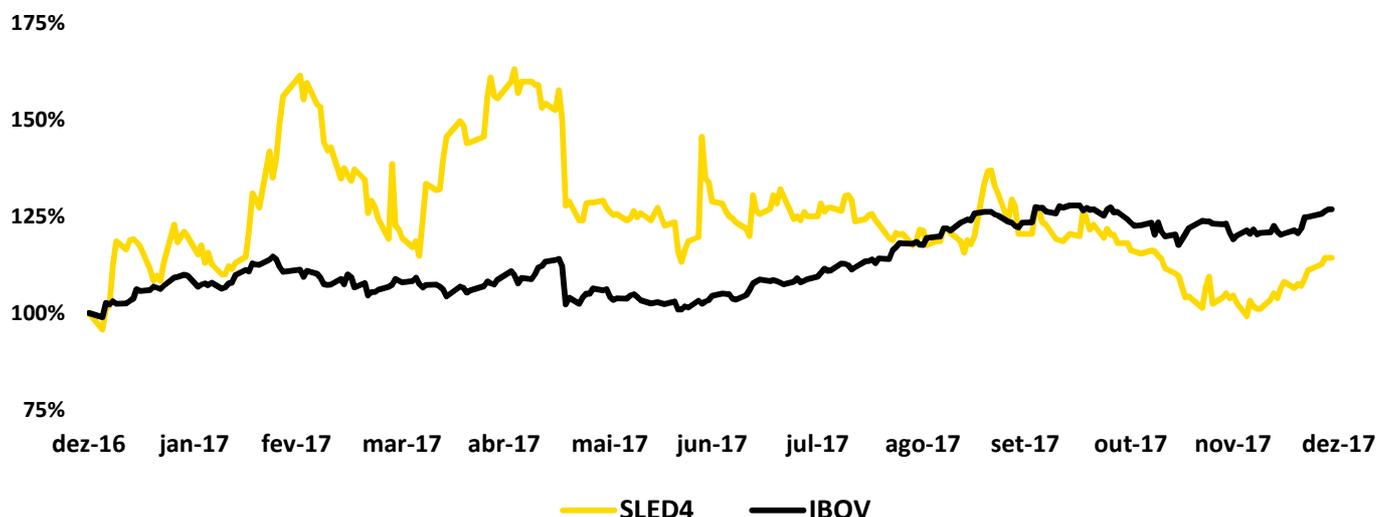
¹ Referente ação PN (SLED4)

(*) Não revisado pelos auditores independentes

As ações preferenciais (SLED4) apresentaram uma valorização de 14,3% durante 2017. No mesmo período o Ibovespa apresentou variação de 26,9%. Em 31/12/2017 o valor de mercado da Saraiva era de R\$ 120,4 milhões.

SLED4 versus IBOVESPA

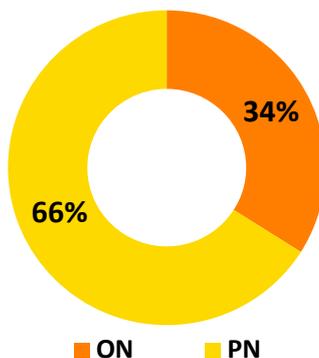
Base 100 = 29/12/2016



Relatório da Administração

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R\$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representado por 26.701.745 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 17.079.432 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



DIVIDENDOS

No exercício de 2017 foram pagos R\$ 4,8 milhões, conforme aprovado na AGO/E realizada em 28 de abril de 2017, referente distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,18 por ação, equivalente a 22% do saldo da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído. O saldo remanescente, conforme Fato Relevante divulgado em 2 de agosto de 2017, deverá ser pago em três parcelas anuais no montante de R\$ 5,8 milhões, em datas a serem deliberadas nas AGOs de 2018 a 2020.

COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2017 com 3.186 colaboradores (3.860 em dezembro de 2016). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focaram os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade. Nesse contexto, os destaques em 2017 foram:

- Implementamos um novo plano de comunicação interna na Saraiva mais aderente e próximo ao público interno;
- Demos continuidade ao projeto de transformação cultural, seguindo com a definição dos novos valores e plano para implementar a nova cultura que suportará a transformação da empresa;
- Implementamos o novo ciclo de gente, avaliando todas as nossas lideranças, escolhendo os nossos talentos internos e mapeando os nossos sucessores com o objetivo de suportar a continuidade do negócio e a nossa transformação;
- Concluímos o primeiro ciclo de treinamentos voltados à alta liderança;
- Implementamos o programa “Gestão de Lojas”, um treinamento sistêmico de toda a operação que visa preparar a nossa força de vendas na atuação de suas funções e desenvolvimento de carreira;

Relatório da Administração

- Implementamos um programa de qualidade e excelência para a nossa Central de Atendimento (SAC) e Logística (CD Cajamar e CD Salvador) com o objetivo de estimular a meritocracia e a cultura de resultados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, desde o final de 2013, a Companhia possui uma área de Governança, responsável por concentrar e organizar os controles internos da Companhia. Essa área possui também um departamento de Proteção de Ativos subdividido em Prevenção de Perdas, Canal de Denúncias e Processos de Inventário e Seguros.

A Auditoria Interna estabeleceu como meta aplicar as melhores práticas, em linha com empresas que possuem alto nível de governança no mercado. Desta forma, ficou estabelecida a estruturação e direcionamento dos trabalhos da Auditoria Interna com foco em riscos, priorizando aqueles mais críticos e que impactam diretamente os objetivos de negócios e planejamento estratégico da Companhia.

Foi iniciada no final de 2014 e realizada durante o ano de 2015 uma Análise Geral de Riscos (AGR), com o objetivo de identificar, classificar e detalhar os principais riscos envolvidos nas atividades, áreas e estrutura da Companhia e qualificadores de risco que evidenciam sua exposição.

A Análise Geral de Riscos (AGR) foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, apesar de não estar formalmente estabelecida uma Política de Gestão de Riscos. A área de Governança auxilia na gestão do mapeamento, acompanhamento dos planos de ação e no devido tratamento de eventos de risco que possam afetar os negócios da Companhia.

O monitoramento da evolução deste trabalho propiciou a definição de um plano anual de Auditoria Interna para 2017 com foco em riscos, que foi aprovado pela Diretoria de Governança e Presidência da Companhia.

SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS

A Saraiva também canaliza recursos para o Instituto Jorge Saraiva (IJS), uma instituição de ensino sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento integral de crianças com idades entre três e seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e cognitivo.

O Instituto foi fundado em 2004, principalmente, em decorrência da necessidade de atenuar as dificuldades econômicas de famílias e os seus efeitos em crianças, já que uma escola competente tem o poder de auxiliar na superação de desigualdades socioeconômicas.

Atualmente, o instituto educa 35 crianças, ciente de que o cuidado na primeira infância é importante na medida que uma educação infantil de qualidade propicia benefícios como: aprendizado, afeto, respeito e confiança.

Relatório da Administração

De acordo com as Diretrizes e Bases da educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, oferece atendimento de Jardim e Pré-escola, ambos em horário integral. Por meio de atividades lúdicas, os alunos são estimulados a exercitar suas capacidades motoras, a fazer descobertas e iniciar o processo de alfabetização.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”).

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 462 mil.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2017, sem o qual não teríamos construído os avanços conquistados.

São Paulo, 13 de março de 2018.

Relatório da Administração

A Administração

Notas Explicativas

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva S.A. Livreiros Editores (“Controladora”), fundada em 1914, é sociedade por ações brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S A (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital, e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato composta por 103 lojas, sendo 61 do tipo “Mega Store”, 3 em formato para aeroporto, 8 no formato “iTown”, 17 “Novas Tradicionais” e 14 tradicionais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2018 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2017.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

Notas Explicativas

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11 e 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 19
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 28

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) *Base de consolidação*

Controlada

As políticas financeiras e operacionais do Varejo são controladas pela Controladora. As demonstrações contábeis da empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas às políticas contábeis estabelecidas pela Controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram classificados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, utilizado para as operações que foram descontinuadas pela venda do segmento editorial em 2015, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais, custos e despesas

O resultado das operações é apurado e reconhecido em conformidade com o regime contábil de competência, em que a informação sobre os efeitos das transações é reportada nos períodos em que tais efeitos são efetivamente produzidos, independentemente da realização financeira

As receitas relacionadas à revenda de mercadorias do Varejo e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com a prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são

Notas Explicativas

convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) *Instrumentos financeiros*

i) *Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) *Ativos financeiros não derivativos – mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) *Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração*

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são

Notas Explicativas

extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge.

f) Contas a receber de clientes e perdas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

Notas Explicativas

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Notas Explicativas

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de

Notas Explicativas

desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 19.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Notas Explicativas

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis

Notas Explicativas

futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos adquiridos tem validade de 12 meses e a cada 500 pontos adquiridos o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

Notas Explicativas

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação das demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Notas Explicativas

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia concluiu que os efeitos que a IFRS 9 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações não são relevantes.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substituiu a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS, é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018; e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia concluiu que os efeitos da IFRS 15 sobre suas demonstrações contábeis encerradas no exercício não são relevantes, conforme abaixo descrito:

Revenda de mercadorias e prestação de serviços

Não houve impacto relevante pela adoção da IFRS 15 sobre as receitas operacionais para as operações realizadas por meio das lojas físicas, ou comércio eletrônico, sejam de revenda de mercadorias ou prestação de serviços. A Companhia considerou em sua análise para definir o reconhecimento da receita a transferência de controle, direitos de devolução, entre outros direitos e obrigações e concluiu que o resultado da análise proposta pela IFRS 15 se aproxima do resultado apurado em suas demonstrações contábeis.

Programa de fidelização de clientes

Não houve impacto relevante pela adoção da IFRS 15 sobre as receitas obtidas pelo programa de fidelização do Varejo. A Companhia considerou em sua análise a forma de reconhecimento da receita diferida pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

IFRS 2 *Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações* – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: a) os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; b) a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e c) o tratamento contábil

Notas Explicativas

quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, não se admite atualizar períodos anteriores, exceto se aplicada para as três áreas que foram objeto de alteração e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. Está em curso a avaliação dos impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos)

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos). A norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos, estabelecendo um modelo único de contabilização para os arrendamentos. A IFRS 16 deve ser adotada obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2019. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 16 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

z) *Determinação do valor justo*

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 13, 20.e) e 28.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS****a) Caixa e equivalente de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Caixa e bancos - conta movimento	4	-	18.315	15.100
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	<u>7</u>	<u>157</u>	<u>50.628</u>	<u>110.190</u>
	<u>11</u>	<u>157</u>	<u>68.943</u>	<u>125.290</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs remunerados por taxas equivalentes ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Aplicações financeiras do Varejo representada por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxa equivalente a 99,2% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com restrição de liquidez para garantia de processos judiciais.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Aplicações financeiras	<u>9</u>	<u>-</u>

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Duplicatas a receber	8.947	8.044
Cartões de crédito	199.069	351.152
Cheques a receber	<u>-</u>	<u>17</u>
	208.016	359.213
Perda com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.106)</u>	<u>(1.719)</u>
	<u>206.910</u>	<u>357.494</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“duplicatas a receber”) é de 60 dias (64 dias em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Cielo, Rede e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Saldos por vencimento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
A vencer	194.614	354.540
Vencidos:		
Até 60 dias	1.218	370
De 61 a 90 dias	933	44
De 91 a 180 dias	2.670	161
Acima de 180 dias	<u>8.581</u>	<u>4.098</u>
	<u>208.016</u>	<u>359.213</u>

A perda com créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento e leva em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. As perdas efetivas com o recebimento de cartão de crédito são registradas diretamente ao resultado quando incorridas.

O valor registrado ao resultado:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.105)	(1.718)
Perda efetiva no recebimento de cartão de crédito	(3.034)	(3.000)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	<u>101</u>	<u>236</u>
	<u>(4.038)</u>	<u>(4.482)</u>

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Mercadorias para revenda	459.211	290.888
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.330</u>	<u>1.157</u>
	<u>460.541</u>	<u>292.045</u>

Notas Explicativas

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos resultados positivos com as ações endereçadas a partir do exercício 2016 para escoamento dos estoques obsoletos, de baixo giro e deteriorados foram observados sinais de recuperação da atividade econômica, substancialmente no 4º trimestre do ano, diferentemente das projeções econômicas negativas e as perspectivas de desaceleração de consumo observadas em 2015, quando a Administração revisou sua estimativa pela última vez.

Dessa forma, a Administração, com base nas evidências objetivas presentes na data de encerramento do exercício e de acordo com sua política estabelecida para estimar a perda com obsolescência, revisou algumas premissas registrando uma reversão no montante de R\$14.609.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$21.732 (R\$36.341 em 31 de dezembro de 2016).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.742	67	116.382	85.615
Programa de Integração Social - PIS (ii)	37	493	24.711	18.214
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.817	4.359	31.729	25.350
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	2.109	1.452	10.906	9.452
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	1.477	2.214	6.750
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	110.407	83.102
Contribuição Previdenciária - INSS	-	-	-	570
Outros	180	109	1.787	192
	<u>6.885</u>	<u>7.957</u>	<u>298.136</u>	<u>229.245</u>
Ativo circulante	192	7.957	178.507	181.152
Ativo não circulante	6.693	-	119.629	48.093
	<u>6.885</u>	<u>7.957</u>	<u>298.136</u>	<u>229.245</u>

- (i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de

Notas Explicativas

créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$66.569, líquidos de perda ao valor de realização de R\$2.100. Também estão em curso ajustes operacionais relevantes no atual modelo logístico de abastecimento que promoverão a descentralização das operações e converterão em caixa boa parte dos créditos atualmente acumulados na escrita fiscal.

- (ii) Representado substancialmente por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$141.082 (R\$103.817 em 31 de dezembro de 2016) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2017, não compensados até a data de encerramento do período em curso com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições. Todas as obrigações acessórias relacionadas estão em conformidade com a legislação aplicável e são tempestivamente transmitidas, viabilizando as ações para o pedido de restituição dos créditos excedentes.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	30/12/17	31/12/16
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	77.279	48.622
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.406	1.464	1.742	2.650
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	8.246	14.145
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	597	317
Perdas com obsolescência de estoque	-	557	7.389	12.913
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	273	42
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	90	266
Provisão deságio sobre impostos a recuperar	-	-	714	-
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	283	45
Outras provisões	-	-	2.888	1.413
	<u>1.406</u>	<u>2.021</u>	<u>99.501</u>	<u>80.413</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	27.203	17.022
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	25.865	26.563
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	1.655	9.979
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>5.813</u>	<u>60.536</u>	<u>59.377</u>
	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>38.965</u>	<u>21.036</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.372</u>	<u>24.828</u>
Passivo não circulante	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>
	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>38.965</u>	<u>21.036</u>

A Administração considera a realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo, com base nos lucros tributáveis futuros.

- b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.136)	(39.138)	(67.447)	(58.419)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	16.706	13.307	22.932	19.862
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(111)	(1.935)	(2.185)	(4.709)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(14.156)	(15.717)	-	(8.629)
Imposto sobre operações descontinuadas	397	786	397	786
Créditos fiscais não registrados	<u>(3.054)</u>	<u>(400)</u>	<u>(3.054)</u>	<u>(400)</u>
	<u>(218)</u>	<u>(3.959)</u>	<u>18.090</u>	<u>6.910</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>(218)</u>	<u>(3.959)</u>	<u>18.090</u>	<u>6.910</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e cessão onerosa de ativo intangível e empréstimo de mútuo.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas doações no montante de R\$842 (R\$947 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora assinou com o Varejo Termo de Cessão Onerosa ("TCO") dos contratos de Arrendamento Mercantil, para licenças de uso de software do sistema de gestão empresarial SAP, com anuência das instituições financeiras credoras e nas mesmas condições inicialmente contratadas em 2014 e 2015.

A operação foi motivada pela venda do segmento editorial concluída em dezembro de 2015 e para fazer frente às atividades operacionais do Varejo, único segmento de negócio remanescente. Além disso, viabilizou a liquidação da operação de empréstimo de mútuo com eficiência tributária.

Notas Explicativas

A transação observou as condições de comutatividade e independência; foi realizada em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e não produziu efeitos significativos para a situação financeira tampouco para os resultados da Controladora e do Varejo.

O valor da operação foi de R\$50.000, determinado pelo seu valor justo, a partir de informações objetivas recebidas do fornecedor e detentor dos direitos das licenças de uso do sistema de gestão empresarial – SAP e com as mesmas condições comerciais conquistadas na aquisição realizada pela Controladora em 2014 e 2015.

Do montante de R\$50.000, foi descontado o valor de R\$20.033, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2016, ainda não adimplido dos contratos de arrendamento mercantil. O pagamento do preço de R\$29.966, assim determinado, correspondeu a uma parcela a vista, liquidada na data de assinatura do TCO, com aproveitamento do saldo de empréstimo de mútuo a receber da Controladora, no montante de R\$18.134; e uma parcela de R\$11.833, vincenda em 31 de janeiro de 2018, atualizada pelo IGPM, que foi liquidada antecipadamente em 30 de junho de 2017.

Saldos e transações com o Varejo:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldos:		
Ativo:		
Cessão onerosa a receber (não circulante)	-	11.833
Outras contas a receber (circulante)	-	109
Passivo:		
Empréstimos obtidos -		
contrato de mútuo (circulante)	7.996	-
outras contas a pagar (circulante)	92	-
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Transações:		
Receitas financeiras	-	1.755
Despesas financeiras	270	1.099

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Pró-labore do conselho de administração	2.257	2.746	2.293	3.026
Pró-labore da diretoria	24	698	4.142	4.619
Subtotal	2.281	3.444	6.435	7.645
Remuneração baseada em ações	119	160	119	160
Outras remunerações	504	777	1.563	1.811
	<u>2.904</u>	<u>4.381</u>	<u>8.117</u>	<u>9.616</u>

Notas Explicativas

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	98,12%	95,16%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	439.486	481.583
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(25.382)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>414.104</u>	<u>456.201</u>
Valor do investimento	<u>414.068</u>	<u>456.162</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(41.638)	(29.256)
Ganho de capital	-	16
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	-	8.394
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>-</u>	<u>(25.382)</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(41.638)</u>	<u>(46.228)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(41.635)</u>	<u>(46.226)</u>

Notas Explicativas

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	456.162	353.635
Aumento de capital no Varejo mediante conversão de AFAC	-	151.544
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	8.394
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	-	(25.382)
Participação no resultado do Varejo	(41.635)	(31.565)
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	(459)	(480)
Ganho de capital	-	16
Saldo no fim do exercício	<u>414.068</u>	<u>456.162</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Ativo total	1.384.506	1.309.888
Passivo circulante e não circulante	945.020	828.305
Patrimônio líquido	439.486	481.583
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita operacional líquida	1.724.886	1.737.563
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(1.150.085)</u>	<u>(1.143.284)</u>
Lucro bruto	574.801	594.279
Despesas operacionais	(565.488)	(578.648)
Depreciações	(31.554)	(34.293)
Outras	11.024	32.136
Resultado operacional	(11.217)	13.474
Resultado financeiro	<u>(48.729)</u>	<u>(53.599)</u>
Resultado antes dos impostos	(59.946)	(40.125)
Imposto de renda e contribuição social	18.308	10.869
Resultado líquido das operações continuadas	<u>(41.638)</u>	<u>(29.256)</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(2.312)
Prejuízo líquido	<u>(41.638)</u>	<u>(31.568)</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/17			31/12/16		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	18.503	-	18.503
Edifícios e construções	4	-	-	-	7.940	(5.768)	2.172
Máquinas e equipamentos	10	797	(793)	4	797	(788)	9
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.128)	362	7.204	(5.689)	1.515
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.422	(4.910)	512	5.422	(4.111)	1.311
Equipamentos de informática	20	11.559	(11.436)	123	11.559	(10.973)	586
Imobilizado arrendado	20	828	(679)	149	828	(679)	149
		<u>21.096</u>	<u>(19.946)</u>	<u>1.150</u>	<u>52.253</u>	<u>(28.008)</u>	<u>24.245</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/17			31/12/16		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	18.506	-	18.506
Edifícios e construções	4	1.400	(1.204)	196	9.381	(6.957)	2.424
Máquinas e equipamentos	10	6.636	(3.370)	3.266	6.624	(2.869)	3.755
Móveis, utensílios e instalações	10	91.215	(65.183)	26.032	91.461	(64.102)	27.359
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	182.763	(157.067)	25.696	178.987	(155.464)	23.523
Veículos	20	378	(378)	-	460	(452)	8
Equipamentos de informática	20	62.659	(52.071)	10.588	60.956	(47.535)	13.421
Imobilizado arrendado	20	5.461	(2.990)	2.471	2.857	(2.300)	557
Imobilizado em andamento	-	41	-	41	1.577	-	1.577
		<u>350.553</u>	<u>(282.263)</u>	<u>68.290</u>	<u>370.809</u>	<u>(279.679)</u>	<u>91.130</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	18.503	-	-	(18.503)	-
Edifícios e construções	7.940	-	-	(7.940)	-
Máquinas e equipamentos	797	-	-	-	797
Móveis, utensílios e instalações	7.204	-	(5)	(4.709)	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.422	-	-	-	5.422
Equipamentos de informática	11.559	-	-	-	11.559
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	828
Total do custo	52.253	-	(5)	(31.152)	21.096
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções	(5.768)	(166)	-	5.934	-
Máquinas e equipamentos	(788)	(5)	-	-	(793)
Móveis, utensílios e instalações	(5.689)	(235)	5	3.791	(2.128)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.111)	(799)	-	-	(4.910)
Equipamentos de informática	(10.973)	(463)	-	-	(11.436)
Imobilizado arrendado	(679)	-	-	-	(679)
Total da depreciação	(28.008)	(1.668)	5	9.725	(19.946)
Valor líquido	24.245	(1.668)	-	(21.427)	1.150

Notas Explicativas

	Consolidado				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	18.506	-	(3)	(18.503)	-
Edifícios e construções	9.381	-	(41)	(7.940)	1.400
Máquinas e equipamentos	6.624	25	(13)	-	6.636
Móveis, utensílios e instalações	91.461	2.538	(1.653)	(1.131)	91.215
Benfeitorias em imóveis de terceiros	178.987	7.408	(9.682)	6.050	182.763
Veículos	460	-	(82)	-	378
Equipamentos de informática	60.956	1.715	(654)	642	62.659
Imobilizado arrendado	2.857	2.604	-	-	5.461
Imobilizado em andamento	1.577	8.373	(64)	(9.845)	41
Total do custo	370.809	22.663	(12.192)	(30.727)	350.553
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções	(6.957)	(222)	41	5.934	(1.204)
Máquinas e equipamentos	(2.869)	(514)	13	-	(3.370)
Móveis, utensílios e instalações	(64.102)	(6.073)	1.445	3.547	(65.183)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(155.464)	(10.907)	9.306	(2)	(157.067)
Veículos	(452)	(9)	83	-	(378)
Equipamentos de informática	(47.535)	(4.984)	627	(179)	(52.071)
Imobilizado arrendado	(2.300)	(690)	-	-	(2.990)
Total da depreciação	(279.679)	(23.399)	11.515	9.300	(282.263)
Valor líquido	91.130	(736)	(677)	(21.427)	68.290

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$332. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável.

O valor líquido de baixas, inclui o montante de R\$569, correspondente ao valor contábil do ativo imobilizado relacionado ao encerramento das atividades de 12 (doze) lojas da rede, ocorrido em setembro de 2017.

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL**

		Controladora					
		31/12/17			31/12/16		
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	<u>711</u>	<u>(607)</u>	<u>104</u>	<u>711</u>	<u>(497)</u>	<u>214</u>
		Consolidado					
		31/12/17			31/12/16		
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	77.160	(16.541)	60.619	79.248	(16.578)	62.670
Cessão comercial	20	30.798	(30.622)	176	32.103	(31.633)	470
Software	20	111.851	(65.271)	46.580	92.073	(55.458)	36.615
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível arrendado	20	5.215	(1.807)	3.408	1.215	(1.198)	17
Intangível em andamento	-	<u>49.987</u>	<u>-</u>	<u>49.987</u>	<u>43.246</u>	<u>-</u>	<u>43.246</u>
		<u>275.074</u>	<u>(114.241)</u>	<u>160.833</u>	<u>247.948</u>	<u>(104.867)</u>	<u>143.081</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora		
		31/12/16	Adições	31/12/17
Custo:				
Software		<u>711</u>	<u>-</u>	<u>711</u>
Amortização acumulada:				
Software		<u>(497)</u>	<u>(110)</u>	<u>(607)</u>
Valor líquido		<u>214</u>	<u>(110)</u>	<u>104</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Ágio	79.248	-	(2.088)	-	77.160
Cessão comercial	32.103	-	(1.305)	-	30.798
Software	92.073	301	(120)	19.597	111.851
Marcas e patentes	63	-	-	-	63
Intangível arrendado	1.215	4.000	-	-	5.215
Intangível em andamento	43.246	26.338	-	(19.597)	49.987
Total do custo	247.948	30.639	(3.513)	-	275.074
Amortização acumulada:					
Ágio	(16.578)	-	37	-	(16.541)
Cessão comercial	(31.633)	(294)	1.305	-	(30.622)
Software	(55.458)	(9.930)	117	-	(65.271)
Intangível arrendado	(1.198)	(609)	-	-	(1.807)
Total da amortização	(104.867)	(10.833)	1.459	-	(114.241)
Valor líquido	143.081	19.806	(2.054)	-	160.833

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável.

O valor líquido de baixas, inclui o montante de R\$1, correspondente ao valor contábil do ativo intangível relacionado ao encerramento das atividades de 12 (doze) lojas da rede, ocorrido em setembro de 2017.

Ágio

	Data de aquisição	Consolidado	
		31/12/17	31/12/16
Ágio na aquisição de empresa:			
Siciliano	06/03/08	<u>60.619</u>	<u>62.670</u>

A baixa de R\$2.051 está relacionada à parcela do ágio atribuída à Unidade Geradora de Caixa – UGC Siciliano, correspondente às 12 (doze) lojas da rede que tiveram suas atividades encerradas em setembro de 2017.

Notas Explicativas

Siciliano

Em 31 de dezembro de 2017, o valor recuperável dessa Unidade Geradora de Caixa – UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 13% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2018 a 2022 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho mais recente da Siciliano, que considera o plano de ação para aumento da produtividade e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	-	-	54.778	62.978
Empréstimos para capital de giro	-	6.825	146.236	141.750
Custos de captação a amortizar	-	-	(3.376)	(3.956)
Arrendamento financeiro	-	-	19.216	20.034
	-	6.825	216.854	220.806
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	-	100.813	122.416
	-	6.825	317.667	343.222
Passivo circulante	-	4.603	119.635	194.268
Passivo não circulante	-	2.222	198.032	148.954
	-	6.825	317.667	343.222

Os empréstimos em moeda estrangeira do Varejo, vinculados a operações com derivativos estão apresentados separadamente dos instrumentos financeiros derivativos, correspondentes a R\$4.040 (R\$21.631 em 31 de dezembro de 2016) registrados no ativo circulante e não circulante.

Notas ExplicativasResumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Jul/2014	Ago/2024	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Mai/2017	Mai/2020	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 95.000	111,20% CDI a.a. + 2% a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Fev/2020	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 120.000	132% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Fev/2018	Aval Controladora	R\$ 15.000	120% Variação CDI a.a.
Daycoval	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2018	Aval Controladora	R\$ 3.000	100% CDI a.a. + 6% a.a.
Banco Rendimento	Convênio Confirme	Convênio Confirme	Out/2017	Jan/2018	Aval Controladora	R\$ 5.626	4% a.t.
Banco Rendimento	Convênio Confirme	Convênio Confirme	Dez/2017	Fev/2018	Aval Controladora	R\$ 3.001	4% a.t.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Jan/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 7% (7,5% em 31 de dezembro de 2016).

Financiamentos com o BNDES

Em agosto de 2016 o BNDES autorizou o redimensionamento quantitativo do projeto resultando no cancelamento do saldo a liberar.

Garantias

Os contratos com o BNDES estão garantidos por Carta de Fiança assinada com o Banco Itaú, no montante de R\$56.440.

Empréstimos para capital de giro***Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting*****Bancos ABC Brasil e Itaú BBA International**

Operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o ABC Brasil, contratadas em setembro de 2015, no montante de R\$20.000 (US\$5.135 mil) foram liquidadas no vencimento, em setembro de 2016.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. Em 12 de maio de 2017, o Varejo repactuou o montante de R\$95.000, com dilação do prazo para três anos, amortizações trimestrais

Notas Explicativas

e carência de um ano. A taxa de juros passou de 109,8% da variação do CDI para 111,2% da variação do CDI acrescido de 2% a.a..

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para as operações de capital de giro do Varejo

Contrato com o Banco Itaú BBA International – Repactuação em 12 de maio de 2017

Em 12 de maio de 2017 foi repactuado a dívida em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú, com exigência da Controladora de manter os índices financeiros de desempenho durante a vigência do contrato.

O contrato com o Varejo está garantido por aval da Controladora e cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito. Durante a vigência do contrato a Controladora deverá apresentar semestralmente com base nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, o seguinte índice:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA (consolidado) menor ou igual a 2,50

Atendimento à clausula contratual em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	1,12

Para fins do disposto no contrato com o Itaú, é considerada a seguinte definição:

Dívida onerosa líquida: corresponde ao total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas descontadas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e cartões de crédito a receber).

EBITDA: corresponde ao resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional (ver definição abaixo), da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Deve ser incluído o EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. Adicionalmente deve-se excluir do resultado financeiro, o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos.

Entendem-se como resultado não operacional: Venda de ativos; provisões e reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; impairment, ganhos por valor justo e atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas pontuais de reestruturação.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

Em março de 2017, a Controladora liquidou o saldo dos empréstimos contratados com o Banco do Brasil em 2015, no montante de R\$5.564.

Notas Explicativas

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora.

Banco Daycoval

Operação contratada em 29 de agosto de 2017, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$3.000, com encargos de 100% da variação do CDI, acrescida de 6% a.a. de juros remuneratórios, vencimento em 29 de agosto de 2018, garantida por aval da Controladora.

Banco Rendimento

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em outubro e dezembro de 2017 nos montantes de R\$5.627 e R\$3.001 e vencimento em janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos adquiridos (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor justo dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes; pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam 500 pontos; e pela amortização de parte do saldo da receita diferida relativa a expectativa de expiração dos direitos de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências proporcional à taxa de uso efetivo dos pontos.

Em 31 de dezembro de 2017, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.757 (R\$933 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Fornecedor - nacional	996	1.236	543.199	398.280
Fornecedor - exterior	-	-	3.681	4.696
	<u>996</u>	<u>1.236</u>	<u>546.880</u>	<u>402.976</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

16. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Mercado local (risco sacado)	-	740

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	66	107	1.269	1.586
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	-	1	499	287
Programa de Integração Social - PIS	-	1	6	15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	7	29	69
Imposto sobre Serviços - ISS	-	2	148	197
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	1.988	2.067
Parcelamento de tributos - Estaduais	-	-	22	-
Outros	3	-	9	52
	<u>69</u>	<u>118</u>	<u>3.970</u>	<u>4.273</u>
Passivo circulante	69	118	2.134	2.342
Passivo não circulante	-	-	1.836	1.931
	<u>69</u>	<u>118</u>	<u>3.970</u>	<u>4.273</u>

Notas Explicativas

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$1.331, atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$158 (R\$169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>			
	<u>31/12/16</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/17</u>
Férias	223	265	(273)	215
Salários a pagar	98	227	(286)	39
FGTS a recolher	20	546	(447)	119
INSS a recolher	<u>462</u>	<u>529</u>	<u>(897)</u>	<u>94</u>
	<u>803</u>	<u>1.567</u>	<u>(1.903)</u>	<u>467</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/16</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/17</u>
Férias	10.321	12.114	(14.143)	8.292
13º salário	-	8.595	(8.595)	-
Salários a pagar	4.665	95.803	(96.831)	3.637
FGTS a recolher	2.049	16.144	(16.438)	1.755
INSS a recolher	<u>7.352</u>	<u>28.854</u>	<u>(30.531)</u>	<u>5.675</u>
	<u>24.387</u>	<u>161.510</u>	<u>(166.538)</u>	<u>19.359</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	<u>Controladora</u>		
	<u>Constituição/</u>		
	<u>31/12/16</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/17</u>
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (a)	1.166	(1.166)	-
Contingências trabalhistas (b)	3.141	995	4.136
	<u>4.307</u>	<u>(171)</u>	<u>4.136</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Constituição/</u>		
	<u>31/12/16</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/17</u>
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (a)	2.937	(2.937)	-
Contingências cíveis e trabalhistas (b)	6.984	5.519	12.503
ICMS - Auto de infração (c)	1.717	(728)	989
	<u>11.638</u>	<u>1.854</u>	<u>13.492</u>

- (a) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos montantes equivalentes a R\$99 para a Controladora e a R\$1.237 para o Varejo. Os processos foram encerrados de forma favorável à Controladora e desfavorável ao Varejo. Dessa forma, o valor depositado pela Controladora está em andamento para levantamento e o valor depositado pelo Varejo foi baixado e será levantado pela União.
- (b) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$4.130 e R\$7.057, respectivamente. Processos cíveis da Controladora, no montante estimado de perda de R\$6 e do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes, no montante estimado de perda de R\$1.310.
- (c) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos tomados de ICMS sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$948 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

Notas ExplicativasDepósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	<u>Acréscimo/</u>		
	<u>31/12/16</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/17</u>
PIS/COFINS (a)	927	30	957
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	8.716	918	9.634
Processos judiciais trabalhistas	<u>1.005</u>	<u>740</u>	<u>1.745</u>
	<u>16.714</u>	<u>1.688</u>	<u>18.402</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Acréscimo/</u>		
	<u>31/12/16</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/17</u>
PIS/COFINS (a)	1.022	33	1.055
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	27.431	1.272	28.703
Processos judiciais trabalhistas	<u>2.434</u>	<u>1.410</u>	<u>3.844</u>
	<u>36.953</u>	<u>2.715</u>	<u>39.668</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

(b) Inclui o montante de R\$15.590 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$653.668, sendo R\$346.824 para a Controladora e R\$306.844 para o Varejo (R\$590.205 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$355.531 para a Controladora e R\$234.674 para o Varejo).

Composição dos principais passivos:

Notas Explicativas

<u>Natureza do processo</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Estimado</u>
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Controladora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	11.576
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Controladora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$6,944 e outros processos de naturezas variadas	371.184
ICMS	Ações e Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	24.587
	A Controladora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	170.341
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II, IPI, ICMS, PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para processos de importação para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	28.483
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Controladora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.780
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	8.774
	Outros processos cíveis da Controladora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	25.461
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Controladora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	11.482

Notas Explicativas

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2016), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$78 (R\$5,00 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2017).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Notas Explicativas

d) Reserva legal

A Controladora não constituiu a reserva legal devido ao prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/16	No exercício findo em 31/12/17		
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	63	-	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	106	-	106	-
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	134	19	153	-
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	127	52	179	18
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	122	48	170	67
	<u>552</u>	<u>119</u>	<u>671</u>	<u>85</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(176.400)	(176.400)	(176.400)	(134.000)	(134.000)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>

No período entre 09 de maio e 09 de setembro de 2016, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (2ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 08 de maio e 06 de setembro de 2017, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (3ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 10.000.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>1.41</u>	<u>2.58</u>	<u>3.64</u>	<u>4.64</u>	<u>5.57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2017 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.90</u>	<u>24.90</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$10.732, líquido dos impostos diferidos de R\$5.528, representa: a) o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, em montante equivalente a R\$11.279; e b) resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre os resultados abrangentes do Varejo, correspondente ganho financeiro apurado, relacionado a parte efetiva do instrumento derivativo de hedge, no montante de R\$547.

g) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído no montante de R\$22.255.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2017, apresentou proposta de distribuição do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$4.803, correspondente ao valor bruto de R\$0,18 por ação e equivalente a 22% do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2016. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício de 2015 no montante de R\$4.803, o pagamento de R\$4.788 foi realizado no dia 3 de julho de 2017, permanecendo saldo de R\$15, não reclamados até a data de encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

h) Reserva Estatutária

Será proposta pela Administração à Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$52.009 à conta de Reserva Estatutária.

i) Participação de não controladores

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldos no início do exercício	39	58
Redução da participação	-	(16)
Participação no resultado do exercício	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>36</u>	<u>39</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	1.916.431	1.930.522
(-) Impostos incidentes	(157.616)	(154.357)
(-) Devoluções	(33.106)	(39.663)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>(823)</u>	<u>1.061</u>
	<u>1.724.886</u>	<u>1.737.563</u>

Notas Explicativas**22. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Mercadorias	-	-	(1.132.252)	(1.122.355)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(17.833)	(20.929)
Despesa com pessoal e encargos	(2.229)	(8.038)	(215.783)	(228.027)
Honorários dos administradores	(2.281)	(3.444)	(6.435)	(7.645)
Direitos Autorais	-	-	(291)	(165)
Propaganda e publicidade	-	-	(36.513)	(31.704)
Arrendamentos operacionais	-	-	(64.073)	(69.622)
Publicações legais	(294)	(440)	(429)	(651)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(35.886)	(35.233)
Fretes e embalagens	-	-	(62.177)	(54.205)
Serviços de informática	-	-	(15.046)	(29.105)
Consultoria e assessoria	(192)	(307)	(7.573)	(13.785)
Viagens e estadias	-	-	(1.194)	(1.234)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(27.815)	(28.355)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.038)	(4.482)
Outras	<u>(1.115)</u>	<u>(5.991)</u>	<u>(92.247)</u>	<u>(92.655)</u>
	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(1.719.585)</u>	<u>(1.740.152)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.150.085)	(1.143.284)
Despesas com vendas	-	-	(459.998)	(476.656)
Despesas gerais e administrativas	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(109.502)</u>	<u>(120.212)</u>
	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(1.719.585)</u>	<u>(1.740.152)</u>

Notas Explicativas**23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	(2.133)	-
Perda de valor recuperável	-	-	-	(335)
Perda em investimento	-	-	(135)	-
Baixa de impostos a recuperar	-	-	(1.928)	-
Baixa de créditos com fornecedores considerados irrecuperáveis	-	-	(1.199)	(4.276)
Baixa de depósitos judiciais	-	(16)	-	(84)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(75)	(411)	(2.305)	(5.177)
Cartão "private label"	-	-	(728)	(884)
Provisão para contingências	-	-	(4.522)	-
Provisão deságio - impostos a recuperar	-	-	(2.100)	-
Sinistros e outros eventos com mercadorias	-	-	(1.415)	(125)
Outras despesas operacionais	<u>(64)</u>	<u>-</u>	<u>(297)</u>	<u>(501)</u>
	<u>(139)</u>	<u>(427)</u>	<u>(16.762)</u>	<u>(11.382)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado na venda de ativo permanente	-	25.566	-	890
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	12.814	10.888
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	8.192	19.042
Aluguel de imóvel	-	1.805	-	1.805
Despesas recuperadas	-	12	1.277	2.687
Vendas de saldos e outros produtos	-	-	-	10
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	2	143	154
Centro de serviço compartilhado	-	-	-	4.639
Reversão provisão para contingências	-	-	540	777
Outras receitas operacionais	<u>85</u>	<u>486</u>	<u>2.667</u>	<u>4.688</u>
	<u>85</u>	<u>27.871</u>	<u>25.633</u>	<u>45.580</u>

(i) Inclui créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos no montante de R\$7.443 (R\$19.042 em 31 de dezembro de 2016)

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1	335	953	19.094
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	43.623
Juros sobre empréstimos a controlada	-	1.755	-	-
Juros recebidos de clientes	3	18	53	127
Juros sobre impostos a recuperar	1.448	2.035	5.230	5.310
Descontos financeiros obtidos	4	68	601	407
Juros sobre outras contas a receber - venda segmento editorial	-	-	-	19.391
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	126	-
Outros juros e variações ativas	-	4	473	1.100
	<u>1.456</u>	<u>4.215</u>	<u>7.436</u>	<u>89.052</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(208)	(1.797)	(26.294)	(47.291)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(270)	(1.099)	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	(5.342)	(62.975)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(32)	(170)
Outros juros e variações passivas	(242)	(829)	(13.274)	(19.642)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(86)	(294)	(841)	(1.741)
Outras comissões financeiras	(145)	(130)	(8.142)	(8.672)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	14	(336)	(281)
Outras despesas financeiras	(148)	(128)	(1.547)	(1.927)
	<u>(1.099)</u>	<u>(4.263)</u>	<u>(55.808)</u>	<u>(142.699)</u>
	<u>357</u>	<u>(48)</u>	<u>(48.372)</u>	<u>(53.647)</u>

26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2017, o Varejo possuía 102 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e

Notas Explicativas

Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/17	31/12/16
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 22	<u>64.073</u>	<u>69.622</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2017 no consolidado é de R\$12.563 (R\$12.604 em 31 de dezembro de 2016).

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$269.043, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Até 31/12/18	81.167
De 01/01/19 a 31/12/19	62.201
De 01/01/20 a 31/12/20	43.169
De 01/01/21 a 31/12/21	28.711
De 01/01/22 a 31/12/22	18.190
Demais vencimentos até 2027	<u>35.605</u>
	<u>269.043</u>

27. LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

Notas Explicativas

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(18.723)	(33.286)	(52.009)	(17.767)	(31.587)	(49.354)	(956)	(1.699)	(2.655)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(1,94892)	(1,94892)		(1,84942)	(1,84942)		(0,09950)	(0,09950)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(1,94892)	(1,94684)		(1,84942)	(1,84745)		(0,09950)	(0,09939)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	(16.741)	(33.063)	(49.804)	(17.307)	(34.183)	(51.490)	566	1.120	1.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	(1,74260)	(1,93586)		(1,80160)	(2,00143)		0,05897	0,06557	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	(1,74260)	(1,92974)		(1,80160)	(1,99510)		0,05897	0,06536	

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 20).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos e financiamentos, líquidos de instrumentos derivativos; e aquisição de empresas	2.477	9.079	316.104	323.845
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(11)</u>	<u>(157)</u>	<u>(68.952)</u>	<u>(125.290)</u>
Dívida líquida	2.466	8.922	247.152	198.555
Patrimônio líquido	<u>422.022</u>	<u>491.822</u>	<u>422.058</u>	<u>491.861</u>
Total	<u>424.488</u>	<u>500.744</u>	<u>669.210</u>	<u>690.416</u>
Índice de dívida líquida	<u>0.58%</u>	<u>1.78%</u>	<u>36.93%</u>	<u>28.76%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	157
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - cessão onerosa	<u>-</u>	<u>11.833</u>
	<u>11</u>	<u>11.990</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	-	6.825
Fornecedores	996	1.236
Dividendos	17.466	4.803
Partes relacionadas - contrato de mútuo	7.996	-
Outras obrigações	<u>3.477</u>	<u>2.254</u>
	<u>29.935</u>	<u>15.118</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
e aplicações financeiras	68.952	125.290
Valor justo - operação "swap"	4.040	21.631
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>206.910</u>	<u>357.494</u>
	<u>279.902</u>	<u>504.415</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	216.854	220.806
Fornecedores	546.880	402.976
Cessão de créditos de fornecedores		
com terceiros	-	740
Arrendamento operacional	12.563	12.604
Dividendos	17.466	4.803
Outras obrigações	4.206	2.254
Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	<u>100.813</u>	<u>122.416</u>
	<u>898.782</u>	<u>766.599</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado. No entanto, não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, poderiam ocorrer diferenças em relação ao valor contábil se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do

Notas Explicativas

prêmio pago do derivativo que tem o propósito de proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/17</u>
	<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	50.637
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	267.293
Outras obrigações	Alta do CDI	<u>3.477</u>
Exposição		<u><u>321.407</u></u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Notas Explicativas

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	<u>(84)</u>	<u>(209)</u>	<u>(416)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	<u>(2.410)</u>	<u>(6.114)</u>	<u>(12.314)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	<u>(381)</u>	<u>(399)</u>	<u>(428)</u>
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI - Controladora				
	Alta do CDI	<u>(25)</u>	<u>(61)</u>	<u>(123)</u>
Resultado líquido		<u><u>(2.900)</u></u>	<u><u>(6.783)</u></u>	<u><u>(13.281)</u></u>

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais. O risco cambial decorre de eventuais operações comerciais geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços expressa em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizados somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

Notas Explicativas

O Varejo realizou durante os exercícios de 2016 e 2017, operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), com o propósito de proteção das operações de importação do seu e-reader – LEV, a seguir apresentada:

Banco ABC Brasil:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (perda)
		Na data do contrato	Vencimento		registrada (R\$)
					31/12/17
18/04/2017	30/06/2017	3,1755	3,2952	1.051	126
07/07/2017	14/07/2017	3,2900	3,2108	491	(39)
07/07/2017	14/08/2017	3,3300	3,1695	558	(90)
14/08/2017	06/10/2017	3,2360	3,1871	1.585	(160)
				<u>3.685</u>	<u>(163)</u>

Banco Safra:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda
		Na data do contrato	Vencimento		registrada (R\$)
					31/12/17
08/12/2016	06/01/2017	3,4280	3,2591	1.025	(47)
				<u>1.025</u>	<u>(47)</u>

Empréstimos em moeda estrangeira

O Varejo captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 13), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e oscilações das taxas de juros, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como hedge com o propósito de reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro dos instrumentos derivativos pelo valor justo por meio do resultado, pelo reconhecimento dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto do hedge afetam o resultado contábil.

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Notas Explicativas

Exposição a moeda estrangeira

	<u>R\$</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos e financiamentos	96.774	100.785
Swap	<u>(96.774)</u>	<u>(100.785)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe do contrato de “swap” em aberto no Varejo é como segue:

<u>Consolidado</u>							
<u>Banco</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocional)</u>	<u>Banco</u>				<u>Valor justo</u>
			<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	
Itaú	12/05/2020	<u>95.000</u>	US\$	3,07% a.a.	CDI	111,20% a.a.	<u>4.040</u>
		<u>95.000</u>					<u>4.040</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	157	68.952	125.290
Contas a receber de clientes	-	-	206.910	357.494
Partes relacionadas - cessão onerosa	-	<u>11.833</u>	-	-
	<u>11</u>	<u>11.990</u>	<u>275.862</u>	<u>482.784</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$1.106 (R\$5.070 em 31 de dezembro de 2016), para cobrir os riscos de crédito.

Notas Explicativas

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	996	-	-	-	996
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Outras obrigações	1.000	2.477	-	-	3.477

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	546.880	-	-	-	546.880
Empréstimos e financiamentos	137.713	141.958	70.246	1.088	351.005
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Arrendamento operacional	12.563	-	-	-	12.563
Outras obrigações	1.729	2.477	-	-	4.206

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Empréstimos:		
Utilizado	242.181	240.637
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	58.136

Notas Explicativas

k) Garantias concedidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/17</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	40.000
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	12.802
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	<u>56.440</u>
	<u><u>109.242</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$3.170 (R\$8.672 em 31 de dezembro de 2016).

l) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>		<u>31/12/17</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	11	68.952	68.952
Valor justo - operação "swap"	-	-	4.040	4.040
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	206.910	206.910
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	216.854	224.244
Dividendos	17.466	17.466	17.466	17.466
Fornecedores	996	996	546.880	546.880
Arrendamento operacional	-	-	12.563	12.563
Outras obrigações	3.477	3.477	4.206	4.206
Partes relacionadas - contrato de mútuo	7.996	7.996	-	-
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	100.813	100.813

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.

Notas Explicativas

- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
	Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18.315	50.637	-	68.952
Valor justo - operação "swap"	-	4.040	-	4.040
Valor justo - empréstimos e financiamentos	-	(100.813)	-	(100.813)
	<u>18.315</u>	<u>(46.136)</u>	<u>-</u>	<u>(27.821)</u>

Notas Explicativas

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida	-	16.181	-	16.181
CPV	-	(15.430)	-	(7.036)
Lucro bruto	-	751	-	9.145
Despesas operacionais	(2.141)	(5.843)	(2.141)	(5.843)
Equivalência patrimonial	-	(2.312)	-	-
Outras	1.193	304	1.193	(3.200)
	(948)	(7.851)	(948)	(9.043)
Lucro (prejuízo) operacional	(948)	(7.100)	(948)	102
Despesas financeiras	(1.310)	(441)	(1.310)	(441)
Prejuízo líquido antes do IR	(2.258)	(7.541)	(2.258)	(339)
IR diferido	(397)	834	(397)	2.025
Resultado das operações descontinuadas	<u>(2.655)</u>	<u>(6.707)</u>	<u>(2.655)</u>	<u>1.686</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de (R\$2.655) (R\$1.686 em 31 de dezembro de 2016) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(835)	41.024	(835)	406.263
Caixa líquido das atividades de investimento	-	2.312	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(8.179)</u>	<u>(4.254)</u>	<u>(8.179)</u>	<u>4.140</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(9.014)</u>	<u>39.082</u>	<u>(9.014)</u>	<u>410.403</u>

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	31/12/17	31/12/16
Lucros cessantes	100.000	100.000
Incêndio - importância máxima	212.902	118.364
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	100.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.017	1.025
Transporte internacional	634	-
Execução fiscal	24.694	-

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01 de fevereiro de 2018, o Varejo repactuou com o Banco do Brasil o montante de R\$13.000, relacionado ao empréstimo contraído em julho de 2017 no montante de R\$15.000, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, com dilação do prazo para seis meses. Os encargos passaram de 120% da variação do CDI para 124,25% da variação do CDI.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Saraiva S.A Livreiros Editores

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A Livreiros Editores (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva S.A Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência e valorização dos estoques de sua Controlada “Varejo”

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis g) estoques de mercadoria para revenda e 6. Estoques)

Os estoques são compostos basicamente por mercadoria para revenda que estão estocados em dois centros de distribuições localizados em Cajamar – SP e Salvador – BA e nas lojas físicas. A valorização dos estoques pode ser afetada por eventual erro na movimentação e controle sobre as quantidades físicas, que são controladas por meio de controles sistêmicos de entradas, de saídas e checadas por meio de inventários físicos rotativos pela Companhia. Este assunto foi considerado uma área crítica e de risco em nosso trabalho, devido ao risco significativo relacionado a eventual erro que possa ocorrer na movimentação dessa quantidade física, que resultaria em uma valorização inadequada dos estoques em 31 de dezembro de 2017, uma vez que existe um número considerável de itens nos estoques, sendo também alto o volume de movimentação de entradas e saídas dentro do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A fim de mitigar o risco de distorções materiais na valorização dos estoques, devido a eventual erro na movimentação e controle físico dos estoques, realizamos, entre outros procedimentos: i) Avaliação dos controles internos implementados pela Administração para estabelecer as normas e procedimentos para contagem física dos estoques e respectiva valorização; ii) teste dos controles chaves de estoques com base em amostragem; iii) procedemos acompanhamento e contagem física dos estoques por meio de amostragem nos dois centros de distribuição e, em uma amostra de lojas selecionadas, checamos as diferenças de inventários identificadas, as respectivas conciliações das diferenças e o suporte para as explicações das diferenças identificadas, realizadas pela Administração, obtivemos demonstrativos e testamos se as divergências foram adequadamente registradas, valorizadas e os respectivos impostos registrados.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que o processo de mensuração da existência, valorização dos estoques exercidas pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Recuperação dos créditos tributários

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos), 7. Impostos e contribuições a recuperar)

A Companhia e a sua controlada "Varejo" possuem registrados no ativo circulante e não circulante créditos tributários, relacionados às contribuições PIS/COFINS apurados sobre as compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas. O Varejo possui ainda, créditos de ICMS e ICMS ST apurados substancialmente nas operações de abastecimento realizadas pelo Centro de Distribuição em São Paulo, onde o Varejo é beneficiário de Regime Especial para ser o responsável por sujeição passiva nas operações de abastecimento com mercadorias adquiridas, sujeitas ao regime de substituição tributária. Adicionalmente existem créditos tributários diferidos calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias do Varejo e sobre diferenças temporárias da Companhia. Este assunto foi considerado uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido aos seguintes aspectos na parte dos tributos diferidos: i) a existirem premissas que podem ser afetadas por resultados futuros, que poderão afetar a realização destes ativos, como crescimento econômico, crescimento da receita em cada unidade de negócios, julgamentos e suposições efetuadas pela Administração da Companhia e do Varejo que envolvem alto grau de julgamento e estimativas entre outros fatores que poderão afetar de forma significativa a realização destes ativos; ii) ao risco significativo em relação aos créditos tributários versus a capacidade da Companhia e do Varejo em realizar os referidos créditos tributários por meio de suas operações normais de revenda das mercadorias, assim como, iii) os valores envolvidos foram considerados materiais, R\$ 43.372 mil de tributos diferidos e R\$ 298.136 mil de impostos a recuperar no Consolidado, portanto, área de foco em nossa auditoria, já que avaliações ou julgamentos inadequados sobre referidas rubricas, poderiam resultar distorções significativas nas demonstrações contábeis; e iv) risco de se apropriar de créditos indevidos ou por valores inadequados, em desacordo com a legislação aplicável para cada tributos e localidade e expectativa de realização.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A fim de mitigar o risco de distorções materiais na mensuração da futura recuperação ou realização dos créditos tributários, foram realizados, entre outros procedimentos a avaliação das atividades de controles internos implementados pela Administração para identificar, mensurar, revisar e aprovar os créditos tributários e sua forma de realização. Nesse sentido, foram envolvidos nosso time de especialistas da área tributária, para validação dos regimes especiais do ICMS em que o Varejo é beneficiário nos Estados de São Paulo e Bahia, por meio dos quais é o responsável tributário por sujeição passiva nas operações de abastecimento com mercadorias adquiridas sujeitas ao regime de substituição tributária e para a realização de testes na integridade dos relatórios que compõem os saldos de impostos, nas transações de compras através de amostragem. No caso dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, envolvemos nossos especialistas da área financeira para validação das premissas e cálculos de expectativa de rentabilidade futura, que suportavam o registro dos referidos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, testamos a apropriada segregação entre circulante e não circulante no caso dos impostos a recuperar de acordo com o histórico de recuperabilidade média dos impostos ocorridos e nas estimativas preparadas pela Administração para realização dos referidos créditos com base nas operações estimadas a serem realizadas entre o curto e longo prazo.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que o julgamento e premissas exercidas pela Administração para mensuração e contabilização dos impostos a recuperar, bem como sua forma de realização e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Análise de recuperabilidade do Ágio registrado na aquisição da Siciliano

(Conforme notas explicativas 3. Principais políticas contábeis j) intangível e 12. Intangível)

A Companhia por meio de sua controlada "Varejo" adquiriu em 06 de março de 2008 o controle da Siciliano. Na aquisição foi pago a título de "Ágio" o montante de R\$62.670 mil, o qual anualmente é avaliado a sua recuperabilidade, por meio das projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro, descontado a valor presente com a taxa de desconto nominal. Durante o exercício, a Companhia encerrou as atividades de 12 (doze) lojas da rede, que ocasionou o reconhecimento de uma despesa no valor de R\$ 2.052 mil na demonstração do resultado do exercício. Este assunto foi considerado uma área de risco e de atenção em nossos trabalhos, devido ao fato de haver premissas e avaliações subjetivas efetuada pela Administração da Companhia quando da sua avaliação sobre a recuperação do ativo nas operações, tendo em vista que na determinação do valor justo, existe utilização de premissas desenvolvidas internamente, além de julgamento, estimativas e suposições desenvolvidas pela Administração da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A fim de mitigar o risco de distorções materiais na mensuração do valor recuperável (impairment) sobre o ágio registrado na aquisição da Siciliano, realizamos, entre outros procedimentos: testes das bases utilizadas para a elaboração do fluxo de caixa e para mensuração do impairment reconhecido pelo encerramento das 12 (doze) lojas, envolvimento de nosso time de especialistas de avaliação de empresas, que avaliaram, testaram e desafiaram as premissas e suposições utilizadas na projeção de fluxo de caixa.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que o julgamento e premissas exercidas pela Administração para mensuração e contabilização do Ágio e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS que não requerem o DVA, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2018.

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros

Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, por seus membros efetivos, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisou: (i) o Relatório Anual da Administração; (ii) as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, sem ressalva, a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros e práticas adotadas no Brasil, emitido em 13 de março de 2018; e (iii) a proposta da Administração de distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$ 5.817.033,30 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trinta e três reais e trinta centavos) na conta de Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do art. 202, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016. Com base nas suas verificações e esclarecimentos obtidos da Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos Conselheiros presentes, é de opinião que o Relatório Anual da Administração e as demonstrações contábeis descritas nos itens (i) e (ii) acima e a proposta da Administração mencionada no item (iii) acima estão em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer no dia 26 de abril de 2018.

São Paulo, 13 de março de 2018.

João Verner Juenemann

Presidente do CF

Carlos Antonio Vergara Cammas

Vice-Presidente do CF

Sérgio Ramires Salzano

Secretário

Sandro Fernandes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo, 13 de março de 2018

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

São Paulo, 13 de março de 2018